



PORTUGAL DEMOCRÁTICO

ANO XIX • N.º 200 • SÃO PAULO • PREÇO CR\$ 3,00

carta aberta a carlos lacerda

pág. 3

críticas a "o estadão"

pág. 9

brasil condecora portugal

pág. 12

socialismo, capitalismo e evangelho

pág. 7

**sidónio muralha:
poemas de abril**

pág. 8

**solidariedade
da itália**

pág. 12

**cabo verde:
eleição**

pág. 4

**guiné-bissau: do
escudo ao pêso**

pág. 12

angola

pág. 3

**m.f.a. golpe e
revolução**

pág. 5



Diário de Notícias

EDIÇÃO SEMANAL BRASILEIRA



Em política, também a pressa e a precipitação podem ser perniciosas ao êxito e aos objetivos de certas medidas que terão de ser aplicadas no contexto de uma revolução como a de 25 de abril.

É preciso reconhecer que, em situações como a da atual conjuntura portuguesa, tomar decisões de caráter emergente sem uma atilada reflexão seria como que embarcar na canoa do inimigo e seguir diretamente, mesmo sem o desejar, o caminho da contra-revolução. O bom-senso, multiplicado pelas não poucas experiências alheias, ganho a duras penas durante quase cinco décadas de fascismo, aconselham uma meditação responsável que, nos seus remates finais, se inspire na lógica do saber queimar as etapas prioritárias de um processo que, apresentado embrionariamente original, pode também situar-se na tangência meridiana dos mesmos perigos que costumam cercar as revoluções políticas contemplativas caso não se proceda a uma paralela revolução econômica profunda, dinâmica, isenta de compadecimentos e lentidões que apenas comprometem, de forma inexorável, as liberdades inicialmente conquistadas. Esta é uma lição que não devemos esquecer.

O figadal inimigo de todas as horas, visceralmente arreigado a postos-chave, dos quais não foi ainda literalmente desalojado, espreitando a cada momento, tentará, sempre que possa, as mil e uma subtilezas de cariz conspirativo. E, hoje, como se sabe, uma das maneiras mais fáceis e modernas de conspirar é, sem dúvida, a de empreender a sabotagem econômica. Ela traz no seu bojo, (no comêço, sem armas de fogo) os meios subsequentes que costumam entrar os desígnios de qualquer revolução que retarde ou se sinta impotente para desferir, nesse campo de luta, os golpes de misericórdia que lhe sejam fatais.

Ora, em Portugal, com o devido respeito pelo muito que já se fez em tão pouco tempo, inclusive no setor da economia, algo ainda está por fazer em matéria de reformas que, para além de uma louvável política de intenções a médio prazo, não atingiu o cerne dos problemas que mais afligem as classes laboriosas, sobretudo as camadas mais desprotegidas da população. Os trabalhadores têm sido até agora os únicos a pagarem bem caro o preço da conquista da Democracia, assim como a herança de uma situação que não foi criada por eles. Na realidade, providências de cunho acentuadamente popular já foram tomadas nos seus aspectos essenciais: a nacionalização dos bancos emissores, o controle da banca privada, a intervenção nas empresas que denunciam falências fraudulentas e fecham as portas e despedem pessoal, a lei de obrigatoriedade do cultivo das terras, e tantas outras, demonstram o caráter popular do que está sendo feito para a construção de um Portugal novo a caminho do futuro. Estas medidas revelam, na verdade, a determinação do MFA e do Governo Provisório em levarem de roldão os planos de sabotagem da reação encapotada, todos eles elaborados de perigosíssimas artimanhas que convém desarmar de pronto, eliminando-lhe, uma a uma, as esperanças de sucesso.

Mas, ainda assim, nos parece que, certas medidas como o "Plano Econômico de Emergência", não obstante os cuidados necessários à sua aplicação, não deveriam ser condicionadas a um compasso demasiado lento, sob pena de estimular tentações contra-revolucionárias que podem vir a estremecer os verdadeiros fins da Revolução se, na prática, não houver a agressividade, a energia e o espírito revolucionário inscritos na sua carta de princípios.

O plano contra os latifúndios e os grandes monopólios deve sair urgente, audacioso, sem hesitações. Uma revolução que se fará democrática, deverá fazer tudo, quanto depressa, para tornar-se cada dia mais popular.

PORTUGAL Trilha Nova

VARELA LEAL e FERNANDO COSTA
Comandam nova fase de Programações Lusas na rádio brasileira
RADIO EMISSORA ABC-1.590 Khz
sábados — das 14 às 17 horas
"Ao bom Portugal... com carinho"
(Música - Romance - Poesia)
domingos — das 11,30 às 14 horas
"Portugal Trilha Nova"
(Desporto e Música)

UMAS & OUTRAS do Rio

EÇA VALE

Se é fato que uma onda de filmes pornográficos invadiu Portugal — como aliás inúmeros jornais por aí fazem questão de destacar — também não é menos verdade que inúmeros filmes de qualidades artísticas comprovadas, vêm sendo exibidos. Aqui vão alguns títulos que merecem o nosso destaque: "A Balada do Soldado", de Tchoukhroï; "A Filha do Engano", de Buñuel; "A Grande Ilusão", de Renoir; "A Promessa", de Antônio Macedo, filme baseado numa obra de Bernardo Santareno; "Alpha-ville" e "Week end", de Godard; "Luzes da Cidade", "Luzes da Ribalta", "Tempos Modernos" e "O Grande Ditador", de Chaplin; "Laranja Mecânica", de Kubrick; "Quando voam as cegonhas", de Kalatosov e "Z — a orgia do poder" de Costa Gravas. Estes e muitos outros são exibidos em Portugal, de Faro e Guimarães, de Bragança ao Funchal. Mas claro, isso não interessa muito divulgar, nós sabemos porquê.

Uma notícia que merece destaque. Portugal é o maior exportador de vinho para o mercado brasileiro e os números vêm subindo progressivamente. Assim, dentro de algum tempo, Portugal passará a exportar muito mais vinho para o Brasil, do que para a Inglaterra, por exemplo. É importante observar que o vinho verde representa metade das exportações, logo seguido do rosé, com cerca de um terço e em último lugar os vinhos maduros, tintos e brancos. Um estudo levado a efeito em Lisboa, demonstrou que os brasileiros vêm aumentando o consumo de vinho e, paradoxalmente, o português vem apreciando mais a cervejinha. Segundo o mesmo estudo, a colônia portuguesa mantém-se tradicional, ainda preferindo o conhecido vinho verde. Pelo menos por enquanto.

Os emigrantes portugueses radicados na Europa, estão voltando em massa para Portugal. O motivo é simples e óbvio. Justamente neste mês, o emigrante procura voltar de qualquer maneira, de trem, automóvel, ônibus ou avião, para comemorar com sua família a quadra natalina. Em apenas um dia, 8 mil emigrantes atravessaram as fronteiras lusas. Muitos deles declaram com alegria que ficarão definitivamente, caso consigam emprego. É uma nova forma de ver as coisas. Mesmo o emigrante mais humilde, ou principalmente este, sente que agora sim, vale a pena trabalhar pela sua Pátria e pelo bem estar comum.

Os descabros dos "administradores" do regime marcelista colocam o absurdo kafkeano num chinelo. Agora chegou a vez de Ramiro Valadão, ex-administrador da Rádio Televisão Portuguesa. De 8 de abril de 1969 a 25 de abril de 1974, Ramiro Valadão desviou 5.100 contos e se lhe dessem mais tempo, o homem tornaria-se um sério concorrente do Henrique Tenreiro... Bom, o próprio Ramiro Valadão já reconheceu a irregularidade de sua conduta, devolvendo ao Estado (a Rádio Televisão Portuguesa é estatal), 704.839\$40 escudos. Valadão oferecia jóias à esposa, gastava em bebidas, vestuário, deslocações da mulher e de senhoras de suas relações, perfumes, cigarros, enfim

tudo por conta da RTP. Vocês viram alguma coisa a respeito disso nos chamados jornais da colônia? Pois é.

Os círculos políticos portugueses já admitem a prorrogação do período de recenseamento eleitoral, já que os 20 dias previstos para o efeito, tornaram-se insuficientes. Os próprios partidos políticos lusos vêm manifestando sua apreensão nesse sentido. O objetivo seria o de alargar o período de recenseamento, a fim de permitir uma maior cobertura da população que, na sua grande maioria, val se recensear pela primeira vez. O assunto está sendo estudado em Lisboa.

O programa de TV "Portugal sem Passaporte", com a colaboração da Secretaria de Emigração, mostrou aos brasileiros e portugueses as sensacionais imagens do jogo Benfica x Sporting, o grande clássico do futebol português. Coincidiu que, algumas horas depois, houve o clássico carioca Flamengo x Vasco, o que tornou o dia ainda mais festivo. Enfim um verdadeiro brinde de natal aos emigrantes portugueses, oferecido pelo "Portugal sem Passaporte" e pela Secretaria da Emigração. Iniciativas como esta vão permitir mudar imagens viciadas e demagógicas do anterior regime português. Antes o que tínhamos era a promoção pessoal, as "jogadas", os negócios. Hoje unem-se esforços para a transmissão do maior clássico do futebol português, um verdadeiro colírio, uma festa de cor e alegria. São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Recife, Campina Grande, Salvador, Belém, Brasília, Campo Grande, Fortaleza, Florianópolis, Vitória e Ponta Grossa, tiveram a oportunidade de ver, via Embratel, a maior festa do futebol luso. Valeu a iniciativa. Esperamos por outras no gênero.

Os pintores Mário Silva e Cunha Rocha organizaram uma exposição conjunta, que pode ser observada no Gabinete Português de Leitura, rua Luís de Camões, 30. Mário Silva é português e foi consagrado nas diversas exposições de que participou, como a "Bienal Internacional de Pintura Contemporânea" em Florença, e no "Museu Angola", entre outras. Como escultor, Mário Silva é detentor do prêmio Valbruna em Gabice Mare — Itália, onde ganhou o 1.º Prêmio, concorrendo com dezenas de artistas. Cunha Rocha, igualmente português, é membro do Círculo d'Artes Plásticas da Universidade de Coimbra, tendo estudado na Escola de Belas Artes do Porto. Participou de exposições em Coimbra, Montreal, Barcelona e Rio de Janeiro. Em Quimper (França) há um trabalho seu, um painel cerâmico de 30x4 metros. Estes são os dados principais dos dois pintores lusos que agora expõem no Rio de Janeiro.



O pintor Mário Silva

Ca
er AF
Car
ezes r
em a
rio, os
percu
stadina
ção d
mana
esgost
ment
sisto
caetand
publicov
produ
o que
um tre
Qua
entáv
um, e
se m
tulo d
arque
a dita
Voc
avoma
cereb
de do
hlice,
ente d
peranc
—
em os
— e
elândis
co" pa
nhança
prime
ca a q
nbição
as real
entradl
leçou a
ma crít
ques
nduzir
do
residen
o ess
riste,
na no
aciono
nários
cê. Q
A ló
forte
a qu
ralas
recria
ção s
e, que
rtasse
do dos
port
re os
lar de
os a
demo
Forç
val de
não d
des d
em e
privil
ntrarar
a palav
a imag
Desm
recusáv
nar e
ndo os
afuso s
De fa
Você
derram
o port
a locu
lado,
lusita
na, e a
çola d
me afl
s que s
unido
de Ab
arem.
dre Pa
O es
zaçaria
as adj
calpti
me n
a alén

Carta aberta a Carlos Lacerda

por ARAÚJO DANTAS

Carlos: tardam a chegar, e às vezes melhor seria que não chegassem a estas paragens calmas do Mundo, os ecos do que vai pelo Mundo repercutidos nas tubas da Imprensa cittadina. Assim é que, folheando um maço de jornais lisboetas da outra semana, só agora vi e pude ler, com desgosto embora sem surpresa, o seu comentário a propósito ou a despropósito do "Depoimento" de Marcelo Caetano, que o "Jornal do Brasil" lhe publicou e o "Expresso" livremente reproduziu na integral, ao contrário do que Você se atreveu a imaginar num trocadilho infeliz.

Quadra, bem àquela diatribe laudável, àquele desafio ao senso comum, em que o desprezo pela verdade se mistura ao culto do absurdo, o título de uma revista em voga no Parque Mayer: "Uma no cravo, outra ditadura".

Você, Carlos, está a apresentar sintomas alarmantes de amolecimento cerebral acompanhado da opacidade do cristalino. Longe ainda da infância, que pena! Recordo nitidamente o esgulo perfil do jornalista esperançoso do fim da década de 30, — mal feito dos desaguisados com os antigos camaradas comunistas — ensalava nas tertúlias da Cilandia, transitado do "Vermelho" para o "Amarelinho", já na vanguarda da "Sorvetaria Americana", nos primeiros passos da escalada política a que o movia uma impaciente ambição servida por sentido apurado das realidades imediatas. Atento às contradições do getulismo, cedo começou a assestar-lhes os golpes de uma crítica mordaz, anunciadora dos ataques frontais descaráveis que induziriam, através dos altos e baixos do sistema, à queda trágica do presidente Vargas. Custa a crer com essa silhueta do moço de lança e criste, audacioso e arguto, descamado no sujeito sancho-pançudo e cianiano de a simbiose com os reacionários de todos os países fez de quê. Que pena!

A lógica cartesiana nunca foi o seu forte. Mas aquela mixórdia verbal, a que me estou reportando, toca as raias do inconcebível. Ela não perceberia sequer notícia se a deformação sistemática do Portugal de hoje, que Você programou, não comportasse o risco de desorientar a opinião dos brasileiros e o sentimento dos portugueses radicados no Brasil sobre os objetivos da Revolução popular de 25 de Abril, ocultando de todos a irreversibilidade do processo de democratização que o Movimento das Forças Armadas desencadeou e vai desenrolando harmoniosamente, não obstante os maneios persistentes de um extremismo da esquerda em conúbio comprometedor com os privilegiados de ontem, que entraram em Você, na facúndia da palavra e nos desregramentos da imaginação, o boateiro ideal.

Desmascarar a manobra é dever recusável. Por isso me decidi a publicar estas breves ponderações, fazendo os pontos essenciais do seu confuso artigo.

De fato, eu não o entendo, Carlos. Você, de um lado, parece temer derramamento de sangue do "bom português" (onde diabo ouvi eu esta locução paternalista?); por outro lado, nega que os seus confidentes lusitanos prepararam uma intenção, e até repete, para debochar, a Angola da "inventona" — coisas que me afiguram contraditórias, a menos que alguém atribua aos elementos unidos no apoio ao programa do 25 de Abril o intuito de se entredearem, a exemplo dos grilos do Tre Patagônia...

O espectro da fome, que nos ameaçaria do Minho ao Algarve e das adjacentes, completa o quadro apocalíptico das suas previsões. Acontece neste momento a memória, para além do que li na "Geografia

da Fome", no "Ciclo do Caranguejo", em toda a obra admirável e dinamizadora de Josué de Castro, a vibração magoadá com que o eminente homem de ciência e meu saudoso amigo evocava, nos nossos longos bate-papos de Paris, as implicações socio-econômicas e políticas do fenómeno da fome no Brasil. Não vê que é imprudente tocar num assunto que provoca ressonâncias? Cuide um pouquinho, como lhe cumpre, das carências alimentares constantes não só no Nordeste brasileiro, mas também no próprio Estado que governou, e não se embarace com as de Portugal, reais ou imaginárias. Que Você alguma vez se tenha preocupado a sério com os sofrimentos do povo português não poderá deduzir-se da sua referência acidental a uma hipotética moderação dos métodos da "Pide", "ao menos de começo", como fruto da implantação do caetanismo sobre os despojos do salazarismo "morto-vivo"...

... "E, no entanto, Você estaria animado de sentimentos bem diferentes, mais democráticos, mais cristãos, no concernente à inviolabilidade dos direitos da pessoa humana, quando correu pressuroso a propor ao presidente Kubitschek, então exilado em Lisboa, a assinatura, de que eu fui testemunha presencial, do Pacto político destinado a congregar no mesmo anseio de liberdade as principais forças da oposição ao governo Castelo Branco. Por ironia do destino, dava-se a circunstância de haver contribuído ativamente para a preparação e execução do golpe de 1 de Abril de 1964, que impôs o regime visado pelo Pacto de Lisboa, um governador da Guanabara, de nome Carlos Lacerda. Aquele voo a Portugal e a ação subsequente proporcionaram-lhe — não é verdade? — uma vilegiatura, aliás bastante agitada, numa cela do quartel de Niterói.

Na preocupação contínua de dar uma no cravo, outra na ditadura, e espargindo a água-benta que não se recusa, nas pompas fúnebres, nem ao defunto mais detestado, Você ergueu o indefensável (mas não indefeso) Marcelo Caetano aos pináculos do saber no campo do Direito Administrativo, com o que sumamente lisonjeou a proverbial vaidade do obscuro professor universitário, mero compilador e papagueador de doutrinas alheias, na opinião que ouvi a um dos mais ilustres mestres da Faculdade de Direito de Lisboa, de quem Marcelo fora aluno. Em contrapartida, Você arma em vibração colérica, conservado em caldo, fascista, na tentativa ridícula de abalar a reputação de Mário Soares, a quem este País deve os mais relevantes serviços, prestados desde os tempos do exílio pelo atual secretário-geral do Partido Socialista e ministro do Governo Provisório, quer para a recuperação do prestígio de Portugal no Mundo, quer para a abertura dos transcendentes caminhos da descolonização.

Os Portugueses não festejaram a perda das colônias de África, mas o sim o termo da opressão de povos, de que fizeram amigos.

É perfeitamente inexacto que, por meios afetos ao 25 de Abril, se cultive animada aversão relativamente ao Brasil. Há sem dúvida divergência de critérios quanto a formas de governo, mas permanece a amizade dos portugueses em relação ao povo brasileiro, senhor único dos seus próprios destinos. Aquilo de Você dizer: "Chega-se a ter a impressão de que os revolucionários lisboetas, pelo menos alguns deles, gostariam de declarar guerra ao Brasil" e "estão importando, como se fez no Chile, material humano para abertura de hostilidades" — roça pelo delírio total e obriga-nos a pensar no velho aforismo latino: "Quos vult perdere Jupiter, dementat prius". Que pena!

Carlos: atendo-me à sua "reportagem" da Lisboa revolucionária. Você desembarcou na Portela, assim o

imagino, a mala a abarrotar de pilulas anti-comunistas, que lhe servem de viático permanente, apesar de terem causado enguiço ao dr. Goebbels, seu falecido inventor. Bateu à porta de uns e de outros — sobretudo, de outros —; reteve as informações que convinhavam à tese preestabelecida; olhou para os graffiti reveladores da originalidade artística dos nossos neofascistas; visitou, como ovado, num salto ao museu ferroviário de Santa Apolónia, as cinzas soenemente trasladadas das carruagens, a que pegaram fogo há meses os suburbanos utentes da Central do Brasil; cruzou-se na rua dos Padres Hibernios, ao Lumiar, com o sr. Octávio Pato brandindo a foice e o martelo, à frente de um cortejo de peles-vermelhas, russificados! de faça nos dentes, gotejantes ainda do sangue dos inocentes roubados aos pais, pela calada da noite, nas favelas do Castelo Píção; tropeçou na legião dos penitentes "saneados", envergando os sambenitos em que escondem as metralhadoras, sob a dedicada vigilância dos "pides" à solta; assustou-se com o deflagrar de um petardo no Cais do Sodré; indignou-se no Rossio perante dois malandros que, em "agitação frenética", persegulam duas turistas inglesas mini-vestidas; finalmente, exausto, ou porque os bofes lhe arfassem, ou porque o "medo omnimodo" o paralisasse, regressou ao hotel, onde o posto radiofónico de cabeceira lhe reserva os acordes dolentes da "Pavana para um regime defunto", na consagrada voz da sra. Amália Rodrigues, a grande vítima dos cravos rubros de Abril, que, (Você o afirma com a sua dupla autoridade de político e de músico), "vale sozinho por todo o ministério da Revolução".

O resto Você não viu. Não viu — que pena? — surgir das sombras de uma longa noite de agonia para as claridades de uma aurora primaveril este povo infelicitado, mas nobre e altivo, que se descobre a si próprio, na sua fecunda vocação histórica, e que está a gerar, no sacrifício e na dor de todas as gestações, os amanhãs que hão-de moldar os gestos da sua libertação e amadurecer os frutos do seu trabalho.

Ficará para outra vez. Sans rancune.

Angola: um exemplo para a África Austral

ARGEL — "A descolonização de Angola será um exemplo para a África Austral", declarou o almirante Rosa Coutinho, alto-comissário português em Angola, que, numa entrevista publicada, pelo jornal argelino "El Mudjahid", pede para a Organização de Unidade Africana (O.U.A.) e para o grupo dos países não alinhados "utilizarem a sua influência, a fim de desmascarar as manobras e as conjuras que se tramam em volta do problema angolano" e contribuir para a "descolonização honesta e pacífica de Angola".

O almirante Rosa Coutinho declarou que o povo angolano tem necessidade de ser apoiado pelos países não alinhados.

"Não poderá esquecer-se", acrescentou, "que Portugal e as suas antigas colônias, pertencem ao Terceiro Mundo. Se o movimento dos não

alinhados quiser utilizar a sua influência para desmascarar as manobras e conjuras que se formam em torno do problema angolano, esta influência seria benéfica e decisiva, pois o povo angolano não pode combater sozinho os seus inimigos. O movimento dos não alinhados tem, aliás, o poder e o dever de exercer pressões, no sentido de se conseguir uma descolonização real de Angola."

Quanto à O.U.A., "o objetivo principal, no caso de Angola, é conseguir uma descolonização pacífica e honesta e este objetivo está totalmente de acordo com o nosso. Para a O.U.A. seria muito importante que a nossa política fosse bem sucedida. Também nos pode ajudar, por exemplo, no caso de Cabinda, pronunciando-se sem equívoco."

Segundo o almirante Rosa Coutinho, "a guerra civil num país em vias de descolonização é sempre possível e essa é uma eventualidade que devemos ter em linha de conta. Estamos conscientes disso e faremos tudo o que nos for possível para o evitar". Afirmou, no entanto, que a população branca de Angola "compreendeu que não tinha futuro numa tomada do Poder de tipo rodesiano."

O alto-comissário português recela, sobretudo, intervenções estrangeiras indiretas em Angola, que, afirmou, "não só são possíveis, como certas".

Referindo-se, depois, aos três movimentos de libertação existentes em Angola, o almirante Rosa Coutinho classifica-os em outras tantas categorias ideológicas, afirmando:

"A F.N.L.A., com as suas palavras de ordem apoiadas principalmente na disciplina e na ordem, parece inclinar-se, naturalmente, para a direita. A U.N.I.T.A. cujo tom é moderado e que se preocupa sobretudo com os meios rurais, alinha-se mais ao centro. O M.P.L.A. com as suas idéias mais progressistas, inclina-se para a esquerda."

O alto-comissário português afirma, ainda que a existência de correntes políticas oferece "três possibilidades de escolha política para a parte da população que ainda não optou por nenhum dos movimentos de libertação", considerando esta possibilidade de escolha como uma vantagem e uma possibilidade para resolver o problema angolano.

Quanto à F.L.E.C. não a considera como um movimento de libertação, mas como "uma tendência política dividida em muitas facções e interesses".

Depois de ter sublinhado que os jazigos de petróleo de Cabinda irão esgotar-se, dentro de alguns anos, o almirante português afirma que "se Angola tem agora necessidade de Cabinda, esta última terá, no futuro, necessidade de Angola. E é pensando no futuro longínquo e obedecendo às recomendações internacionais que Portugal está verdadeiramente decidido a retirar-se de Angola, deixando o país com as suas fronteiras intactas".

Em resposta a outra pergunta, o almirante observou que Angola e as ilhas de S. Tomé e Príncipe poderão vir a formar, no futuro, uma federação.

"Há possibilidades de relações mais íntimas entre aqueles dois países de expressão portuguesa, mas compete aos seus povos decidir, uma vez independentes" — acrescentou.

Diário de Notícias

EDIÇÃO SEMANAL BRASILEIRA

Assembléia do povo em Cabo Verde



O momento que Pedro Pires assinava o acordo Portugal-P.A.I.G.C.

"É o acesso das ilhas ao processo de independência", declarou o major Pedro Pires ao "D.N.", a propósito da cerimônia de assinatura do acordo entre o Governo Português e o P.A.I.G.C., efetuada na residência do primeiro-ministro, na sequência de contactos anteriores, a que presidiu à cerimônia, tendo assistido os ministros Melo Antunes, Mário Soares e Almeida Santos, e em representação do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde o major Pedro Pires, os comissários Amaro Alexandre da Luz e José Luis Fernandes, respectivamente, presidente e membros da Comissão Nacional de Independência.

As conversações decorreram num ambiente de compreensão mútua e perfeita cooperação, tendo-se chegado ao seguinte acordo:

1. O Governo Português reafirma o direito do povo de Cabo Verde à autodeterminação e independência, em conformidade com a lei constitucional portuguesa n.º 7/74 de 26 de Julho, e com as resoluções pertinentes da Organização das Nações Unidas, tendo também em conta a vontade expressa da Organização da Unidade Africana.

2. O Governo Português e o P.A.I.G.C., conscientes da necessidade de assegurarem nas melhores condições possíveis, a transferência de poderes para o futuro estado independente de Cabo Verde, acordam em estabelecer o esquema e o calendário do respectivo processo de descolonização nos termos dos artigos seguintes:

3. Por lei constitucional desta data, que consagra soluções que mereceram o acordo do P.A.I.G.C., foram criados para o território de Cabo Verde os seguintes órgãos de representação e de governo:

a) Um alto-comissário, com a categoria de primeiro-ministro, enquanto se encontrar no território de Cabo Verde, nomeado e exonerado pelo Presidente da República Portuguesa.

b) Um Governo de Transição constituído pelo alto-comissário, que presidirá, e por cinco ministros encarregados de um ou mais dos seguintes departamentos, sendo: I — Ministério da Administração Interna; II — Ministério da Justiça; III — Ministério da Coordenação Económica; IV — Ministério da Educação e Cultura; V — Ministério do Equipamento Social e Ambiente; VI — Ministério do Trabalho; e VII — Ministério dos Assuntos Sociais.

4. Ao alto-comissário compete em especial:

a) Representar a soberania portuguesa;

b) Presidir ao Governo de transição, coordenar e fiscalizar a execução da política definida em conselho;

c) Dirigir os departamentos governamentais da defesa e da comunicação social;

d) Exercer as funções de comandante-chefe das Forças Armadas;

e) declarar, sempre que possível, com o prévio acordo do Presidente da República o estado de sítio;

f) Garantir o cumprimento do presente acordo, assegurar, com a colaboração do Governo de transição, as medidas tendentes a garantir o livre exercício dos

direitos fundamentais do homem a todos os cidadãos.

5. Ao Governo de transição incumbe o exercício da totalidade dos poderes legislativo e executivo relativamente ao território do Estado de Cabo Verde e nomeadamente:

I — Conduzir a política geral do Estado de Cabo Verde;

II — A gestão económica e financeira do Estado de Cabo Verde;

III — Promover a democratização do território, nomeadamente através da substituição das estruturas coloniais.

6. O Governo de transição exercerá a função legislativa por meio de decretos-leis, e a função executiva por meio de decretos, regulamentos e instruções, assinados pelo alto comissário e pelo ministro ou ministros titulares dos departamentos a que as respectivas matérias digam respeito.

7. O alto comissário e os ministros definirão colegialmente as linhas de orientação governamental cuja execução será assegurada pelo titular do departamento respectivo.

8. O Governo de Transição deliberará por maioria, tendo o alto comissário voto de qualidade.

9. O Presidente da República Portuguesa escolherá e nomeará, além do alto comissário, dois ministros do Governo de Transição, sendo os restantes três por ele nomeados segundo indicação do P.A.I.G.C.

10. Ao Governo de Transição competirá executar, nas condições que vierem a ser definidas pelos órgãos de soberania da República, as operações conducentes à eleição por sufrágio direto e universal, em 30 de Junho de 1975, de uma assembleia representativa do povo de Cabo Verde, dotada de poderes soberanos e constituintes, que terá por função declarar a independência do Estado de Cabo Verde e elaborar a futura constituição desse Estado.

11. O ato da declaração da independência do Estado de Cabo Verde coincidirá com o da investidura dos representantes eleitos do povo de Cabo Verde e terá lugar na Cidade da Praia, em 5 de Julho de 1975, com a presença ou a representação do Presidente da República Portuguesa para o efeito da assinatura do instrumento solene da transferência total e definitiva da soberania, devendo esse instrumento ser também assinado pelo presidente da assembleia constituinte que, entretanto, tiver sido por esta designado.

12. O Governo Português declara a intenção, que o P.A.I.G.C. regista, de, até à declaração da independência, e depois dela, prestar ao Estado de Cabo Verde a assistência financeira, técnica e cultural ao seu alcance em ordem a manter e estimular perfeitas relações de amizade e cooperação ativa com o novo Estado, numa base de independência, respeito e compreensão mútuos e reciprocidade de interesses.

13. O governo Português declara nomeadamente a sua intenção, que o P.A.I.G.C. igualmente regista, de não alterar a sua atual política em relação aos emigrantes caboverdeanos.

14. Por seu turno o P.A.I.G.C. declara a sua intenção, que o Governo Por-

tuguês regista, de fazer tudo quanto estiver ao seu alcance no sentido da salvaguarda dos cidadãos e dos legítimos interesses portugueses residentes e situados no território de Cabo Verde, bem como no sentido de preservar e reforçar os laços de afinidade cultural e de amizade entre o povo português e o povo de Cabo Verde.

15. O Governo Português declara a sua intenção, que o P.A.I.G.C. regista, de colaborar com o futuro estado de Cabo Verde com acordos bilaterais de cooperação ativa em todos os domínios.

16. O Governo Português e o P.A.I.G.C. comprometem-se a, diretamente ou através do Governo de transição promoverem a obtenção de apoio financeiro ao Estado de Cabo Verde, das agências especializadas ou dos fundos de emergência da O.N.U., ou de outros países na base de acordos bilaterais ou multilaterais.

17. O Governo Português e o Estado de Cabo Verde regularão por acordo, firmado através do Governo de transição ou dos órgãos de Governo que resultarem da futura constituição do Estado de Cabo Verde, o calendário e o esquema segundo os quais haverá de processar-se a redução gradual, até no regresso total, das Forças Armadas Portuguesas sediadas no território.

18. A delegação do Governo Português e a delegação do P.A.I.G.C. felicitam-se por terem chegado a bom termo as negociações consubstanciadas no presente acordo, firmado na reta convicção de que constitui a melhor salvaguarda dos mútuos interesses do povo português e do povo de Cabo Verde.

19. O presente acordo depende, na sua validade formal, da homologação do Presidente da República e do Secretário-Geral do P.A.I.G.C.

Diário de Notícias



A INTERVENÇÃO DO ESTADO NA METALÚRGICA FERREIRA

Tendo-se confirmado a "situação particularmente grave" da Metalúrgica Duarte Ferreira, o Conselho de Ministros decidiu nomear uma comissão administrativa para aquela empresa, suspendendo do exercício de funções a respectiva administração.

A decisão do Conselho de Ministros é do seguinte teor:

"Tendo sido, nos termos do Decreto-Lei 660/74, aberto inquérito à situação da empresa Metalúrgica Duarte Ferreira, verifica-se a confirmação do que se conhecia já como uma situação particularmente grave, não só no aspecto financeiro, como na economia global da empresa e, ainda, nas respectivas relações internas de trabalho.

Considerando o número de trabalhadores envolvidos, a importância regional da empresa e considerando, ainda que ela dispõe de um potencial de técnica e equipamento que importa não perder, justifica-se que o Governo intervenha de modo a assegurar a continuidade do funcionamento desta unidade Industrial e, consequentemente, o trabalho de cerca de 2.500 pessoas.

Nestes termos, ao abrigo do n.º 1, do art. 3.º, do decreto-lei, o Conselho de Ministros decidiu:

a) Que seja suspensa a atual administração da Metalúrgica Duarte Ferreira;

b) Que seja nomeada uma comissão administrativa constituída do seguinte modo: eng. Luís Marques do Carmo, que presidirá; Henrique Pereira Dias Nascimento e dr. Messias Rodrigues de Almeida. Por despacho conjunto do ministro das Finanças e da Economia poderá ser elevado para 5 o número de membros desta comissão administrativa;

c) Que, pelo Ministério das Finanças, seja assegurado, através de aval ou outro

processo equivalente, um empréstimo imediato que permita o pagamento de dois meses de salários em atraso (Novembro e Dezembro), bem como os fornecimentos de matérias-primas indispensáveis à continuidade do trabalho;

d) A comissão administrativa proposta ao Governo os meios adicionais de intervenção, nomeadamente sob a forma de participação direta do Estado no capital da Empresa, que considere adequados e necessário à viabilidade económica da Metalúrgica Duarte Ferreira."

Os trabalhadores da empresa, entretanto, reunidos em plenário, deliberaram apoiar as decisões das Secretarias de Estado da Indústria, Energia e Tesouro, que conduziram à resolução do problema com que se debatia a Metalúrgica Duarte Ferreira, S.A.R.L.

PREVISTA PARA BREVE EMPRESA PÚBLICA DE CARVÕES E URÂNIO

A Secretaria de Estado da Indústria e Energia estuda, neste momento, a criação de uma empresa pública de carvões e urânio.

Nos termos de um despacho do secretário de Estado, eng.º Torres Campos foi nomeado um grupo de trabalho com o objetivo de proceder à aquisição integral pelo Estado, no prazo de um mês, da Empresa Carbonífera do Douro, S.A.R.L., concessionária das minas do Pejão, que abastecem de carvão a Central Térmica da Tapada do Outelro, tendo em vista a sua futura integração na referida empresa pública.

O grupo de trabalho é constituído pelos drs. Jorge Sampaio, que preside, Henrique Rosa Vieira Lopes, administrador por parte do Estado na Empresa Carbonífera do Douro, e Hernani Olimpio Carqueja, em representação do Ministério das Finanças.

GARANTIAS DE CRÉDITO DA INGLATERRA À INDÚSTRIA PORTUGUESA

Com o objetivo de estabelecer contactos e obter não só financiamentos e créditos para as pequenas e médias empresas, como também de prestar esclarecimentos sobre a verdadeira situação política portuguesa — deformada em alguns países por uma informação tendenciosa — a Confederação da Indústria Portuguesa (C.I.P.) tem promovido várias missões ao estrangeiro, entre as quais à Inglaterra, França, Bélgica, Holanda e E.U.A.

Numa dessas missões à Inglaterra, recentemente realizada, como oportunamente noticiámos, uma delegação da C.I.P. obteve garantias do E.G.D. — um departamento estatal britânico — no sentido de avaliar até 10 milhões de libras (650 milhões de contos) por cada projeto que lhe seja apresentado.

INSERVA — Turismo

Passagens aéreas e marítimas
Rua Barão de Itapetininga, 255
Loja 27 - Galeria Califórnia
EMBRATUR 163/SP - cat. "A"
Tels.: 36-1325-34-0029, 35-7323 - São Paulo

ouça diariamente

A EMISSORA NACIONAL DE LISBOA

nas ondas
13, 19, 25 e 31 metros
a partir das 12 até 21 h.
(horário do Brasil)
noticiário às 16, 19 e 20 h.



O medo — uma arma da tirania

por JOSÉ RÉGIO

O texto que a seguir publicamos é da autoria do grande poeta e escritor José Régio, que sempre foi um democrata (primeiro subscritor, por exemplo, ainda pouco antes de falecer, de um abaixo-assinado pedindo, quando da queda de Salazar, a demissão do Governo, dissolução da Assembleia Nacional e realização de eleições livres), e o escreveu em 1949, quando da candidatura à Presidência da República do general Norton de Matos. Nessa altura ainda, para muitos, o "regime", não se tinha desmascarado completamente e em toda a sua ferocidade — o que, quanto a este último aspecto, o testemunho de Régio revela. Mesmo assim, afigura-se-nos, por ser até hoje (como tantos outros) desconhecido da imensa maioria do público, ou quase — inédito, afigura-se-nos, dizíamos, de muito interesse arquivá-lo aqui, como significativo documento que é.

Na luta que atualmente se trava em Portugal entre duas formas de pensar e sentir, de governar e de ser — um poderoso elemento há com que jogam os nossos antagonistas: o medo. "O medo é que guarda a vinha" — diz-se. Em grande parte, tem sido o medo que tem guardado a actual situação. Pode, ainda, ser o medo quem melhor a defenda. Não só em Portugal como em quaisquer países onde um regime conquistou o poder pela força, e pela força impera, esse poderoso inimigo da alma se agigantou a ponto de tapar todo o horizonte.

Inimigo da alma, digo: Porque é o medo que tolhe até os impulsos mais generosos, faz desistir até das aspirações mais justas, afoga até o grito mais espontâneo, e, em suma, corrompe e assombra até a mais clara visão da vida. Pelo medo fica a alma pequenina, embaraçada, inerme, torpe. Encolheu-se — dizem-nos de quem teve medo de agir. E não há imagem mais justa. Não admira que cultivem o medo (pols até inconscientemente o cultivariam!) todos os regimes autoritários; todos os governos dum partido exclusivo. Pelo medo das represálias que a imaginação inquieta lhes sugere, se agarram sempre mais todos os governantes tirânicos a um poder que a violência conquistou, e a violência mantém. Assim como pelo medo das sevícias que sobre eles poderão exercer os governantes poderosos, os vão sofrendo e se vão calando os governados infelizes. Quem melhor sustenta a injustiça social — é, muitas vezes, o medo mútuo.

Não quero falar em represálias, não quero falar em sevícias, não quero falar em tiranias, a propósito do regime que há duas boas dezenas de anos se nos impôs. Não quero... porque não quero. Mas há uns bons anos que grande parte do povo por-

tuguês — deste povo que somos nós todos, e não só quem os governantes decretam — vive sob o entorpecedor império do medo. Também aqui pretendo não exagerar, e antes ser comedido. Nada é preciso exagerar, para se provar não poder eternizar-se a estranha situação em que temos vivido. Sim, admito não se tratar entre nós do medo de terríveis torturas, vinganças e repressões. Não é, propriamente, pavor, o medo que nos tem vindo tolhendo: Mas é o medo indeciso, flutuante, hesitante, vago, mole, continuo... O medo supremamente desmoralizador.

Por exemplo: Um jornalista está escrevendo calorosamente um artigo. Súbito, hesita, detém-se, arrefece: teve medo! Sairam-lhe umas frases sinceras que a Censura vai cortar; todo o seu artigo ficará truncado, em não sendo suprimido, por causa dessas frases sinceras; o diretor do seu jornal vai ficar aborrecido com ele por tais complicações... — tudo isto é o diabo! E o pobre jornalista encolhe-se, desiste da sua sinceridade. Um professor está estudando o programa que lhe deram a cumprir; um artista está compondo uma sua obra; um simples cidadão está conversando no café com um amigo; um sociólogo ou um filantropo estão encarando certos aspectos da vida social; um trabalhador ou um proprietário rural estão refletindo (cada um como pode) nos pequenos ou grandes problemas que lhes interessam; — e sobre o seu ombro há qualquer mão que mal pesa mas o não larga, mas importuna e repugna, mas desviriliza: É o tal medo mole e continuo. O professor receia nunca poder servir-se da sua experiência para, de qualquer modo, colaborar, desde já ou mais tarde, na organização dos programas que há-de cumprir. Estudiar e criticar o programa que lhe deram — pode parecer uma indisciplina perante os seus superiores! (Entre parêntesis: Havia em Portugal uma revista de professores do liceu, que era modesta mas livre. Crlou-se, depois, uma revista oficial dos mesmos professores... e acabaram ambas. A primeira porque era livre, a segunda porque o não era. Feche-se o parêntesis). Igual receio oprime todos os meus outros tipos de exemplos: O artista receia que a sua obra seja impedida de circular, porque certas suas páginas podem ser tidas por alusivas ou arrojadas. O simples cidadão baixa a voz ao falar ao amigo, porque há na mesa ao lado uma cara desconhecida; e ele receia que seja a de um polícia de informação. O sociólogo, o filantropo, o trabalhador, o proprietário rural, chegaram, talvez, a certas conclusões que gostariam de tornar públicas e ver discutidas. Mas antecipadamente desanimam... e se encolhem: Poderiam ter de ir longe

demais para justificarem as suas conclusões!

Assim por diante. Neste país cujo "peito forte" Camões cantou, vive-se, há uns bons anos, sob a sombra desmoralizadora do medo. Dir-me-ão que tais receios são infundados? Admitamos que o sejam algumas vezes. Sabe toda a gente que o não são muitas outras! O fenómeno patente é que muita gente, hoje, não rende nada, por medo; obedece, por medo; se filla em certas associações, por medo; vai à missa e faz sinais da cruz, por medo; apóia a actual situação, por medo. Do ponto de vista do psicólogo e do moralista, (pols destes moralistas de vista tenho vindo falando), pergunto: Será o medo elemento com que deva jogar uma doutrina que se propôs moralizar a nação, restituí-la à sua unidade espiritual, reconquistá-la para a sua grandeza histórica? A disciplina, a prudência, a ordem, o respeito — que evidentemente são virtudes, e de modo nenhum alheias ao ideal democrático —, poderão, realmente, ser fins de que o medo seja um meio? Poderá gerar o medo algo que não seja a hipocrisia, a covardia, a duplicidade, a manha, o comodismo, o latente espírito de revindicta adiada? Infelizmente, só quem não saiba ou não queira ver — deixará de ver como têm progredido entre nós, em certos setores, características tão alheias àquele "peito forte" que Camões exaltou...

Ora bem: Nesta luta que atualmente se vem travando entre os dois candidatos à presidência da República, é ainda com o medo que esgrimem (não quero dizer todos, direi muitos) muitos partidários do senhor marechal Carmona. Aos pobres dos portugueses já sobejamente atemorizados, que apontam eles para os desviar do candidato proposto pela Oposição? A liberdade desenfreada, a desordem indomável, a espada suspensa do comunismo, o puro retrocesso a uma época de perturbação, a cega destruição de toda a obra ultimamente realizada.

É espantoso, mas exato: Depois de uma guerra em que se lutou (pelo menos assim se proclamou, o que já é honrar o ideal democrático) por um mundo mais feliz e mais livre, os defensores do nosso chamado Estado Novo não podem conceber Democracia senão como sinónimo de real anarquia e licenciosidade. Não podem admitir mentores e dirigentes democratas, senão como homens impotentes para criar uma ordem. Não podem ver na liberdade de expressão do pensamento, se não uma porta aberta ao abuso. Não podem supor que se mantenham as liberdades essenciais, senão por uma sufocante restrição destas mesmas liberdades. Nem podem, sequer, crer na obra positiva do Estado Novo — pois não temos de negar o que de positivo possa ter realizado o Estado Novo — senão como coisa tão frágil, tão destrutível, tão efêmera, que imediatamente seria aniquilada pelos ralvos adversários triunfantes.

Ao fim e ao cabo, porém, uma dúvida me fica: Serão, na verdade, sinceros estes nossos antagonistas? Nada poderão, na verdade, conceber, admitir, ver, supor, crer, senão aquilo que dizem? Ou antes será que se servem do medo — esse medo que torna a alma pequenina, embaraçada, inerme, encolhida — para continuarem manietando um povo que já ou sou dizer não aos seus reis, quando lhe parecia que os seus reis exorbitavam?

"D. N."

Dr. Edison Rodrigues-Chaves

Advocacia cível e comercial
Inventários, partilhas e arrolamentos
- Desquites e anulação de casamento
- Naturalização - Protestos e cancelamento de protestos - Contratos, renovação de contratos e ações de despejo - Falências e concordatas.
Rua Líbero Badaró, 488 - 5.º andar -
Fone: 37-0933 — São Paulo

Libertação não se resume a golpe militar

LISBOA — "Libertar um povo não se resume a fazer-se um golpe militar" — explica em editorial o Boletim Informativo das Forças Armadas "25 de Abril", sob a responsabilidade da comissão coordenadora do programa do MFA.

"A resposta, sabêmo-lo, é negativa, porque se não fôsse o 25 de abril perderia sentido como revolução libertadora e como projeto patriótico. Mas não, à pergunta formulada, implica que, como militares-povo-armado, compreendemos não sermos apenas os guardiões de uma democracia em abstrato, mas sim de uma democracia em concreto" — acentua o jornal do MFA.

Ainda segundo o editorial do "25 de Abril", as Forças Armadas não são, nem poderão ser sem se trair, a guarda pretoriana de um poder impopular, autocrático ou explorador. A aliança entre Forças Armadas e as massas populares (que não é sinónimo de aliança com este ou aquele grupo isoladamente) é um imperativo resultante do entendimento democrático do papel dos militares na sociedade em que se integram" — prossegue o editorial.

E acrescenta ainda: "No momento presente da vida nacional as Forças Armadas não podem (nem devem) pretender substituir-se às vanguardas democráticas do povo, organizado em torno dos partidos políticos que o representam. Mas têm de engajar-se totalmente na batalha de reconstrução nacional e da democratização, na batalha da dignificação da enorme massa dos oprimidos e humilhados deste país".

"Os militares têm de ir junto ao povo, conhecer-lhe os problemas, escutar-lhe as queixas e os anseios — em suma: aprender a atuar com o povo. As Forças Armadas têm de ser não um exército clássico e apolítico, mas uma instituição cívica e apartidária, irmanada com o povo em todas as lutas, ao seu lado por toda a parte onde exista a miséria, injustiça, opressão, exploração, onde persistam as razões que fizeram do 25 de abril uma das datas mais gloriosas na história das Forças Armadas portuguesas".

Plenário nacional dos sargentos

O Estado-Maior do Exército, emitiu um comunicado sobre o Plenário Nacional dos Sargentos realizado no IAEDN, a que assistiram a comissão coordenadora do programa do MFA, general Carlos Fabião, chefe do Estado-Maior do Exército, e oficiais do seu gabinete.

No plenário em que foram analisados problemas da classe dos sargentos e do Exército em geral, foi aprovada por unanimidade a seguinte moção:

"Consolidação da unidade e camaradagem entre todos os elementos da classe de sargentos e desta com as outras classes do Exército, Armada e Força Aérea e com todo o povo português.

"Integração total dos sargentos do MFA, através da comissão coordenadora do programa.

"Apoio total e incondicional à letra e ao espírito do programa do Movimento das Forças Armadas.

"Apoio e participação efetiva em todas as campanhas ou planos de reconstrução nacional, elaborados ou acionados pelo Governo Provisório ou MFA, em benefício do povo, e especialmente das classes menos favorecidas.

"Luta constante contra todas as formas de divisões no seio das Forças Armadas, fazendo de cada sargento um militante do MFA e dos interesses do povo, contra todas as formas de reação".

A pesca tem sindicato



Foto de Rui Pacheco

Os pescadores de Peniche lançaram-se decididamente na via da construção de um Sindicato unitário, de âmbito nacional, dos pescadores portugueses para já, foi constituída a Comissão Pró-Sindicato dos Pescadores de Peniche, embrião do futuro Sindicato dos Pescadores de Peniche.

A jornada de dia 2 de Outubro, que coincidiu com um domingo, foi uma jornada memorável de unidade, ação e convívio entre os trabalhadores e o capitão Costa Martins, ministro do Trabalho do atual Governo Provisório.

Nessa grande reunião, estiveram presentes centenas de pescadores, tendo muitos deles levado as suas próprias famílias. Também estiveram naquele domingo em Peniche, a convite dos pescadores da vila, além do ministro do Trabalho, capitão Costa Martins, o comandante Silvano Ribeiro (que foi há dez anos capitão do porto de Peniche e que, neste momento, faz parte da Junta de

Salvação Nacional), o secretário de Estado do Trabalho, dr. Carlos Carvalhas, o secretário de Estado do Emprego, eng. Fragata, alguns funcionários da Comissão Administrativa da Junta Central da Casa dos Pescadores, um representante do secretariado da Intersindical Nacional, Avelino Gonçalves e ainda delegados das comissões de pescadores de Sesimbra e Lagos. Durante toda a reunião, caracterizada pela camaraderagem e pela informalidade, foram particularmente acarinhados o ministro do Trabalho e o comandante Silvano Ribeiro.

Na sua breve intervenção, o ministro do Trabalho, capitão Costa Martins, referiu-se ao baixo nível de vida da classe piscatória que, com os trabalhadores agrícolas, declarou construir uma das camadas mais desfavorecidas da população trabalhadora portuguesa. Salientando a necessidade, na estrita aplicação do espírito e da letra do Programa do M.F.A., de melhorar urgentemente as condições de vida dos pescadores e das suas famílias, o ministro do Trabalho apolou calorosamente o interesse dos pescadores em criarem uma associação sindical que defendesse os seus interesses, garantindo-lhes ainda todo o seu apoio para a concretização desse desejo.

Avelino Gonçalves, em nome do Secretariado da Intersindical, por seu turno, realçou a importância de que se revestia a organização sindical de um setor profissional como o dos pescadores — de grande importância para toda a nação —, e, salientando o significado da unidade sindical, manifestou a solidariedade de todos os trabalhadores portugueses à iniciativa dos pescadores (que beneficiaria não só a sua classe, mas sim todo o movimento sindical português). O representante da Intersindical assinalou ainda o alto significado da presença naquela reunião de elementos do M.F.A. e, nomeadamente, do capitão Costa Martins, cuja presença à frente do Ministério de Trabalho — salientou — “tem servido os interesses gerais do nosso Povo e o estreitamento da aliança entre as massas populares e o M.F.A.”.

Na sua intervenção, Francisco Palmilha, vogal da Comissão Administrativa da Junta Central das Casas dos Pescadores, abordou, sobretudo o tema da unidade sindical. A certa altura, afirmou:

“Um sindicato é um organismo de defesa dos interesses de classe. É algo que está acima de todos os credos políticos e religiosos. Val englo-

bar católicos, ateus, socialistas, comunistas, centristas, etc. Está aparte de todos os partidos políticos. Não poderá seguir princípios de nenhuma organização política ou religiosa. A sua orientação será exclusivamente a do interesse dos seus associados.

Estará sempre do lado dos explorados e contra os exploradores. Orientar-se-á pela decisão coletiva dos seus membros, tomada em Assembleia e da qual depois a Direção dará execução.

É neste sentido que se diz que um Sindicato sem ser político, quer dizer, sem cor partidária, faz no entanto política. Faz a política dos seus membros, faz a política do explorado contra o explorador.

Neste princípio, o Sindicato conservará a sua primeira grande arma: a **unidade**, a unidade de todos os seus associados, em torno do interesse de todos”.

Lembrando, a seguir, que a divisa fascista tinha sido “dividir para reinar”, Francisco Palmilha referiu-se à própria constituição de um Sindicato de Pescadores tendo então declarado: “A vocês amigos compete a última palavra, mas não me parece que teréis a ganhar com a multiplicação de Sindicatos. Parece que o correto é fazer-se tudo para se criar uma estrutura Nacional. Naturalmente que esse Sindicato Nacional terá estruturas regionais porque no Norte, no Centro e no Sul há centros de pesca com predomínio de tipos de pesca diferente e portanto com problemas diferentes. Mas isso não significa que vamos criar 20 ou 30 pequenos sindicatos à maneira dos fascistas ou até à maneira de algumas democracias ocidentais cujo intuito é a divisão dos trabalhadores: que ganhariam, amigos, com Sindicatos de Pesca Artesanal, Sindicatos de Pesca de Arrasto, Sindicatos de Pesca da Sardinha? Não, amigos, parece-me que se iria por caminho errado.

É a vós que compete decidir, mas talvez teréis a ganhar se se agruparem por regiões e arranjamem uma Direção Nacional.

E afinal o que se tem feito noutros ramos, e ao que me parece com vantagens.

Portanto, a vossa segunda grande arma é afinal igual à primeira: a **Unidade**.

A unidade, esta palavra unidade, parece ser a chave que abrirá a porta à democracia em Portugal. Unidos teréis tudo a ganhar. Unidos podereis juntar-vos à grande massa

dos trabalhadores sindicalizados deste País”

A COMISSÃO PRÓ-SINDICATO

O ponto mais alto da reunião talvez tenha sido, no entanto, a própria eleição e constituição da Comissão Pró-Sindicato dos Pescadores de Peniche.

Para já, essa Comissão Pró-Sindicato terá os seguintes objetivos: lançar as bases da organização e mobilização da classe, com o fim da constituição de um Sindicato dos Pescadores de Peniche, criando, para o efeito, as organizações e estruturas necessárias; elaboração dos estatutos do futuro Sindicato, promovendo a sua legalização junto ao Ministério do Trabalho; representação e negociação de acordos e contratos de trabalho, e defesa dos interesses dos trabalhadores, enquanto não estiver constituído o Sindicato e eleitos os seus corpos gerentes; salvaguarda do caráter unitário, independente e democrático, das estruturas sindicais criadas e promoção da sua filiação na Intersindical.

Nessa reunião foi também realçada a necessidade de se construir uma estrutura sindical unitária, a nível nacional, que abrangesse as diferentes classes de pesca (arrasto, artesanal, sardinha) e que englobasse as diversas estruturas sindicais regionais (do Norte, Sul e Centro).

O Pró-Sindicato dos Pescadores de Peniche pode ser, sem dúvida, um elemento dinamizador da organização sindical de toda a classe piscatória a nível nacional e se o conseguirmos, se os pescadores de todo o País acompanharem e pensarem a sua linha de ação, caminhos mais amplos e mais favoráveis se abrirão para toda a classe piscatória e para o povo português.

Do mesmo modo, todo o movimento sindical português se beneficiará da estruturação sindical dos pescadores do nosso país. Em todas as frentes é preciso, neste momento, organizar, unir, reforçar os laços da solidariedade e ação, de modo a criar sempre as melhores condições para a luta das classes trabalhadoras na defesa dos seus direitos e pela construção de uma sociedade profundamente democrática e justa.

(De “Alavanca”)

Entrevista com o poeta Moacyr Cirne



MOACYR CIRNE nasceu no Rio Grande do Norte, em 1943.

Um dos fundadores do poema/processo. Professor de Semiologia da Cultura de Massa no Instituto de Arte e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense. Secretário da Revista de Cultura Vozes. Autor de "A Explosão Criativa dos Quadrinhos" (1970), "A Linguagem dos Quadrinhos" (1971), "Para Ler os Quadrinhos" (1972) e "Vanguarda: um Projeto Semiológico" (a sair, em 1975). Poemas e artigos publicados na Argentina, no Uruguai, na Inglaterra e nos Estados Unidos. Membro-fundador da Associação Brasileira de Semiótica.

P — Como o professor Moacyr Cirne vê o atual panorama político português?

R — A distância, como simples observador, vejo com inegável entusiasmo o desdobramento do 25 de abril: pelo que poderá representar para a sociedade portuguesa, depois da euforia inicial e de certas dúvidas tocante ao encaminhamento dos problemas sociais, políticos e econômicos; pelo que poderá representar para a derrota do fascismo em todo o mundo, a começar pelo fascismo franquista. De qualquer maneira, é preciso situar o atual panorama político de Portugal como resposta à crise que se processa, cada vez mais aguda, nos países capitalistas.

P — Portugal vive um momento único na sua história. Verifica-se, com justificativa, que o aspecto político vem transcendendo todos os outros, como por exemplo as manifestações artísticas. Elas teriam lugar no atual processo?

R — As manifestações artísticas, quando impregnadas do real histórico, isto é, quando situadas no interior da história, só têm a lucrar com os momentos políticos decisivos de uma nação. A verdadeira arte transforma em linguagem produtiva os dados concretos da história. Foi o que aconteceu com o cinema de Eisenstein e Vertov, com a poesia de Malacóvski e outros. Isto não quer dizer que deva existir uma correspondência mecanicista, espontânea, entre a produção artística e um momento particular da história. Uma arte decadente nem sempre corresponde a uma sociedade decadente. Ou vice-versa. Por outro lado, um autor conservador pode produzir marcos revolucionários, em termos de linguagem, marcos estes que ultrapassariam a sua própria visão do mundo. Veja-se o exemplo do nosso Guimarães Rosa, em pelo menos duas obras: "Grande Sertão Veredas" e "Meu tio, o Iauaretê". Em pleno fascismo português, surgiu a grande poesia experimental de um Mello Castro, de um António Aragão, de uma Ana Hatherley. Mas, como linguagem, era uma poesia contra o fascismo! As produções artísticas têm lugar em qualquer processo político-social, embora sob o fascismo sejam levadas a obedecer a mecanismos que atentam contra a própria linguagem da arte: mecanismos de ordem ideológica. Cabe ao artista "ludibriar" estes mecanismos.

P — O senhor é crítico de histórias em quadrinhos. O que nos diz sobre os quadrinhos portugueses? Há possibilidade de um intercâmbio maior entre os autores de quadrinhos dos dois países?

R — Dos quadrinhos portugueses atuais conheço apenas a série de Pax, por Jorge de Oliveira e Norberto Nunes, e as aventuras de Wanya, por Augusto da Mota e Nelson Dias. Pax tem soluções narrativas muito boas, e revela uma preocupação temática que deve ter-se aprofundado depois do 25 de abril. Wanya prima pelo aspecto gráfico: um burilamento formal de inegáveis potencialidades produtivas. Já a sua informação semiótico-tematizante parece-me pobre: uma ficção científica rotineira. É de se esperar que, agora, tome novos rumos, sem a necessidade de abandonar o campo da FC. Quanto ao intercâmbio, seria ótimo, sobretudo se se efetuasse entre os novos autores: a permuta de materiais, a troca de idéias, a possibilidade de abrir novas áreas para a veiculação dos produtos, tudo isso — a médio prazo — seria de inestimável valor para todos nós, portugueses e brasileiros que lidam com os quadrinhos.

P — O que é o poema-processo? Ele pode se tornar parte atuante de um processo revolucionário? Por exemplo, na sociedade portuguesa: como poderia o poema-processo sair de suas bases essencialmente teóricas e alcançar o pragmatismo que o momento político exige?

R — Poema-processo é a informação nova produzida a partir da linguagem, informação esta que não necessita de qualquer espécie de suporte material para ser veiculada. Os registros gráfico-visuais, ou tipográficos, que possam veiculá-la existem exatamente como registros documentais. O poema-processo é uma prática concreta na linguagem, mesmo quando aparentemente está apenas teorizando, que atua como realidade estético-semiológica, nos quadros de qualquer realidade político-social, principalmente se é uma realidade revolucionária.

P — Quem no momento representa melhor a vanguarda literária portuguesa e porquê?

R — Quer me parecer que Mello e Castro e António Aragão ainda continuam na linha de frente da vanguarda portuguesa, ao lado de novos nomes, como Nelson Portelinha e Silvestre Pestana. São nomes que figuram na vanguarda porque trabalham experimentalmente a linguagem poética. Outros nomes surgirão, ou já surgiram, em decorrência do 25 de abril: os grandes momentos político-sociais engendram respostas criativas, no terreno da arte, que são assumidas como experiências. O verso, lírico e/ou pomposo, não cabe numa revolução.

O socialismo, o capitalismo e o Evangelho

Crônica de MARIO CASTRIM

Fala-se geralmente na pesada herança que o fascismo nos deixou. Herança que é econômica, que é social, que é cultural. A agricultura é uma desgraça. As escolas, outra desgraça. Por aí adiante, por aí adiante. Quantas vezes, ao olharmos para cada um de nós, não exclamaremos: "Meu Deus, a desgraça que o fascismo fez de mim..."

Bom. Dentro das heranças do fascismo teremos de enquadrar o anticomunismo. Fascismo com fortes apelos clericais, o anticomunismo cá por estas bandas processou-se com grande força em referência à religião: todo o esforço se desenvolvia no sentido de mentalizar os católicos para o fervor anticomunista. Marx era a verdadeira encarnação do demônio. O bom católico devia persegui-lo quando ouvisse falar em marxismo.

Pois sim, ri-te. Desta herança, como de muitas outras, não se liberta a gente com facilidade. O anticomunismo é uma arma utilizada contra o processo democrático que se desenvolve em Portugal. Os boatos que circulam têm por finalidade (ou por consequência) desacreditar, minar a confiança nas instituições democráticas por banda de algumas camadas da população menos informadas.

Tem ultimamente o dominicano Luis de França dedicado a sua rubrica "Em cada dia uma Esperança..." a definir as razões e os efeitos do anticomunismo. Luis de França teve a preocupação louvável de insistir em que, ao referir-se ao comunismo ou ao socialismo, de maneira nenhuma sugeria conotações partidárias. Abonou-se com autoridades católicas para mostrar quanto é legítima a necessidade, para os cristãos, de se inclinarem para os aspectos positivos que o marxismo contém. Seria loucura negar o marxismo pois o estudo, a compreensão das sociedades, tomaram decisivas direções depois de Marx. A passagem do socialismo utópico ao socialismo científico marca o caminho do futuro da humanidade. Ninguém pode ignorar tal fato. Ninguém, muito menos um cristão.

Convido os meus leitores a meditar nas seguintes palavras de Luis de França:

"Podemos hoje reconhecer que há injustiças estruturais aonde a boa vontade, o maior, ou menor, dos agentes sociais, nada pode modificar e que, sem a modificação radical, isto é, na raiz destas estruturas, a sociedade não pode efetivamente encontrar novas formas de justiça, novas possibilidades de igualdade e portanto de libertação dos homens.

Crelo que nós, cristãos, também não ganhamos em recorrer às utopias dos primeiros socialistas porque foram cristãos. Hoje não aceitamos continuar a ver o mundo como o viam aqueles que olhavam pela luneta antes de Galileu ou aqueles que não sabiam funcionar a alavanca

porque Arquimedes ainda não tinha vivido. São passos decisivos na história da humanidade.

Já sabemos que o cristão não pode encontrar no Evangelho nem receitas nem mandamentos para saber se deve escolher este ou aquele partido, esta ou aquela forma de agir. No entanto, é indubitável a influência que as grandes religiões (e eu creio que fundamentalmente o Evangelho) têm na formação, na manutenção e sobretudo na animação das várias ideologias que constituem como que o arcabouço cultural de uma dada sociedade.

É a esse nível, entre o encontro da animação religiosa e as ideologias, que o cristão pode dar uma contribuição também decisiva como agente social. E então onde está o critério fundamental para o cidadão que é animado pela fé cristã? Pois ela está e sempre estará no sermão das Bem-Aventuranças. E nesse sermão se diz: "Bem-Aventurados os que têm fome e sede de justiça" de tal forma que muitos cristãos hoje perguntam que forma de socialismo adotar mais ou menos elaborado, mais ou menos exigente, eu diria como orientação daqueles homens que ardem na fome e sede de justiça saberão compreender a exigência e a urgência de uma transformação radical da sociedade, que modifique as injustiças estruturais.

Outros haverá — talvez aqueles de que fala o Apocalipse — que não são quentes nem frios que se contentarão com formas de socialismo diluídos, que também vão tendo os seus resultados noutros lugares.

De momento, será a sede e a fome de justiça de cada um que nos ajudará a decidir qual o projeto político concreto ao qual queremos aderir e dar a nossa contribuição.

Ficamos, como vêem, sempre ao nível das aspirações, das grandes orientações, mas o Evangelho não tem mais nada a dizer porque o Evangelho é fermento, é força de animação. Depois, pertence aos homens construir. Isto, com aquela margem de erro, de verdade e de risco que a nossa vida tem.

E se quiserem, para que o meu pensamento não fique muito no vago, eu dir-vos-ei uma entrevista com D. Helder Câmara, bispo do Recife, que certamente não necessita de grande apresentação.

Perguntaram uma vez ao bispo do Nordeste do Brasil se ele achava que o socialismo estava de acordo com o Evangelho. E D. Helder Câmara, na sua proverbial sabedoria, disse: "Eu não sei se o socialismo está de acordo com o Evangelho. O que eu tenho a certeza é que o capitalismo não está de acordo com o Evangelho".

Não vale a pena acrescentar mais nada. O capitalismo (social-democrata ou sob qualquer outra forma) é a selva. A regra, no capitalismo é: Salve-se quem puder. O capitalismo aponta para a desumanização.

Cristão, cristão, tu vais nisso?

"D. L."



Sidónio Muralha: poemas de abril



Gov. Provisório atua na área econômica

J. ALBERTO BRAGA

A revolução portuguesa não pertence a nenhum grupo nem a nenhum partido. Só o povo e apenas o povo, é o depositário da nova herança democrática. O Movimento das Forças Armadas tem dado provas inequívocas de um despreendimento, por tudo exemplar. E é na linha desse despreendimento que o mesmo MFA através do primeiro ministro Vasco Gonçalves, vem de permitir uma ação, porque não dizer decisiva, contra uma minoria privilegiada que usurpou política e economicamente o povo português.

Como já é do conhecimento de todos, o Governo Português desencadeou uma ofensiva contra alguns dos principais capitalistas portugueses. A ofensiva não tem um caráter revanchista, muito menos um ataque frontal ao sistema capitalista, como querem alguns. Porque a medida, de caráter urgente, visa combater de modo frontal a corrupção e a especulação, adjetivos nunca demais usados em relação ao regime deposto.

Entre outros, encontram-se detidos os senhores Jorge Artur Rego de Brito e Eduardo Matos Castro, administradores do BIP; Agostinho da Silva, almirante Sarmiento Rodrigues e João Maria da Silva Delgado, são administradores da sobejamente conhecida Torralta, e o Governo Provisório adotou igual atitude, em função da verdadeira luta econômica contra Portugal, travada pelos respectivos senhores. Os referidos elementos, além de outros, estão implicados em graves atos de sabotagem, como já é do conhecimento público. Mas em que constava tal sabotagem? Como atuava a chamada elite do poder econômico? Qual o caminho sinuoso dos senhores do grande capital, após as fragorosas derrotas de 25 de abril e de 28 de setembro?

Os responsáveis pela Torralta vinham apregoando a impossibilidade de solver os compromissos assumidos. Com isso, atrasaram os salários dos trabalhadores, bem como recusavam saldar outras dívidas assumidas junto a fornecedores e empreiteiros. Mas não só. De registrar igualmente o atraso no pagamento de títulos de férias, orçados em 130 milhões de escudos. A mesma Torralta, havia recebido de terceiros 800 milhões de escudos a título de adiantamento, para novo aumento de capital, operação não autorizada oficialmente, muito menos requerida. A mesma Torralta deu saída de fundos para o estrangeiro, sem a autorização do Banco de Portugal. Mediante tal situação, que se agravava diariamente, o Governo Português viu-se na contingência de intervir na empresa, no sentido de salvaguardar os interesses dos trabalhadores, bem como os interesses dos pequenos e médios investidores.

Quanto às irregularidades cometidas pelos ex-administradores do BIP, podem ser resumidas na seguinte frase: transferência de cerca de

41 milhões de escudos para o estrangeiro, sem a devida autorização do Banco de Portugal. A atitude é sintomática e diz bem da posição reacionária e antidemocrática dos acima citados.

O Governo Português tinha consciência plena do processo desencadeado pelos antigos donos do poder. Após o 25 de abril a reação concentrou esforços no congelamento do processo econômico. A tentativa de 28 de setembro já apontava alguns sintomas nesse sentido, muito embora o Governo procurasse acreditar na recuperação dos Jorge de Brito e/ou Agostinho da Silva e/ou Sarmiento Rodrigues. Pensava o Governo que o apelo nacionalista que galvanizou Portugal de norte a sul, poderia atingir, ainda que de modo embrionário, os responsáveis por alguns dos empreendimentos mais gigantes do país. Tal não aconteceu. Os referidos senhores aproveitaram a oportunidade para desaguar divisas para fora do país, ativar negócios ilícitos e prejudicar os trabalhadores assalariados.

O BIP e a Torralta estão sob intervenção governamental, o que se torna mais um problema para o Estado. O próprio Governo luso acaba de tornar pública uma nota, através da qual assegura a defesa dos interesses daqueles que aplicaram suas poupanças na Torralta. Isto, senhores, é produto de uma nova mentalidade. Porque os administradores agora presos sempre encontraram, como ainda encontram, formas de ludibriar a justiça. Cabe agora ao Governo fazer frente às lacunas abertas pelos irresponsáveis. E seria justo, perguntamos nós, que o Governo fosse um mero interventor, e tratasse apenas de oferecer justiça aos prejudicados? Certamente que não. O Governo tinha de ir mais longe, como de fato o foi. Porque os referidos exploradores, que colocaram o BIP e a Torralta em condições desfavoráveis, estavam simplesmente defendendo sua situação de privilegiados, bem como a colocar um entrave no desenvolvimento do país. Pois agora não mais.

Assim tivemos mais uma lição de justiça. Uma lição que servirá de alerta para aqueles que ainda pensam abusar do sofrido povo português. Povo que neste momento, como bem diz a canção "Grandola Vila Morena", é já quem mais ordena.

Em tempo: a resolução da justiça portuguesa, libertando alguns dos referidos administradores, não invalida o quadro acima traçado. Pelo contrário. Dizíamos que os exploradores do povo sempre encontraram, como ainda encontram, formas de ludibriar a justiça. Saibamos porém esperar, porque os novos tempos permitem-nos vislumbrar caminhos mais justos para o povo português.

O nosso companheiro Sindónio Muralha lança mais um livro de poesia **POEMAS DE ABRIL** (Prelo), em Portugal, onde tem publicada quase toda a sua obra poética, apesar de ter vivido mais de metade de sua vida fora do país, na África, no Brasil, na Europa. Escritor de raiz humanística, dono de uma linguagem imediatista, que constata o sofrimento e a dor nos seus maiores flagrantes, S.M. dá aos escritores portugueses vivos, mais um motivo de forte orgulho para fazerem de nossa língua uma arma que soube resistir aos infortúnios das censuras e da miséria cultural, estabelecidas durante várias décadas em Portugal pela cegueira fascista.

Sobre os primeiros passos do Poeta, ainda adolescente, escreve Alexandre Cabral:

... "Sidónio Muralha, logo que publicou **Beco**, o seu primeiro livro, conquistou uma popularidade fora do vulgar. Na conjuntura socio-política dos anos 40, com o recrudescimento da luta dos escritores neo-realistas, quer do domínio ideológico quer no da prática, os seus versos, de uma agressividade exemplar, eram lidos e fotocopiados em vários setores da população, num leque que ia dos estudantes aos trabalhadores...

Mais adiante, Alexandre Cabral fala da sua partida para o Congo em companhia de Sidónio Muralha e descreve assim a luta que empreenderam, com escassos meios, em terras africanas:

"Com a embalagem que levávamos de Lisboa, chegados ao Congo Belga, empreendemos a constituição de um agrupamento político a que chamámos com alguma pompa a Liga Antifascista Portuguesa. Digo com alguma pompa", porque de fato a Liga nunca conseguiu — e talvez nem existissem condições objetivas para isso! — transformar-se numa força com sofrível projeção e significado no seio da colônia portuguesa, no entanto numerosa. O terreno onde atuávamos era francamente maníaco, e refratário à penetração das idéias democráticas. Os caudalosos rios de dinheiro que o SNI esbanjava perdulariamente no estrangeiro e nas zonas de emigração portuguesa dava os seus frutos.

Como quer que seja, durante algum tempo, os portugueses foram bombardeados, por via postal, com documentos da Liga, batidos à máquina em papel de escrita vulgaríssimo, a relatar a grave situação política que Portugal estava a sofrer sob a dominação fascista.

Não esqueçamos as precauções conspirativas: os volantes, de cada vez, eram expedidos de cidades diferentes a fim de despistar o inimigo. É que a sinistra PIDE (PIDE = DGS) estendia os seus terríveis tentáculos em todas as direções, até aos pontos geográficos mais remotos.

Já de volta a Portugal, Alexandre Cabral recebe o Poeta em 1950 e fixa no prefácio a sua visita:

"Poeta genuíno e patriota genuíno, trazia consigo a homenagem mais condigna que podia prestar aos seus companheiros de luta e aos seus leitores. Intitulava-se ela, a homenagem, **Companheira dos Homens**, e tratava-se, como já o leitor adivinhou, de um novo livro de poemas. Nesse volume, o Poeta retomou os mesmos temas de índole social e de contestação. Dessa vez, contudo, a sua voz não se insurgiu só contra o estado de miséria do seu Povo, do nosso Povo, mas verberou com violência justiceira a repressão terrorista dos esbirros da PIDE. **A Ronda dos Répteis**, que figura precisamente nesse volume, traduzia um ataque frontal à sinistra corporação que, para sustentar o abusivo poder político de Salazar, prendia, deportava e assas-

sinava os abnegados lutadores antifascistas, criando no País silencioso o terror e a humilhação".

A primeira edição de **Companheira dos Homens** teve seus últimos exemplares apreendidos, exatamente um mês após a sua publicação e quando a segunda edição já estava impressa. Sidónio Muralha, expatriado, publicou vários livros fora de Portugal, alguns dos quais, que exprimem a sua luta e a sua esperança, figuram em **Poemas de Abril**.

Alexandre Cabral termina o prefácio com palavras que definem o combate de toda uma geração de escritores:

"Ocorre-me, neste momento, uma estrofe de um poema de Sidónio, que creio não ser inédito, que define exemplarmente o perfil do Poeta e de todos os escritores antifascistas portugueses:

E que ninguém me dê amparo,
nem me pergunte se padeço.
Não sou nem serrei avaro.
Se caráter custa caro,
Pago o preço!

Efetivamente, pela independência do caráter e dignidade das letras portuguesas, os escritores antifascistas "pagaram o preço".

A grande notícia

A grande notícia chegou até mim como um rastro azul vestido de estrelas, um clarim de luz no silêncio inerte, repentinamente, num céu cheio de nuvens, um jacto que surge e roça a montanha.

O meu pensamento abriu-se num abraço para além dos mares, e a grande notícia bailava nas ruas enquanto nos esgotos os torturadores pareciam ratos e o nojo de vê-los doía na gente.

Um clarim de luz num céu de nuvens, foi como irrompeu a grande notícia vestida de estrelas. Só um fogo oculto consegue acordar um grilo no inverno mas quando ele acorda o frio adormece.

Foi na madrugada de um dia sem planos que se revelou a grande notícia, e as águas do pântano não podem mais sê-lo ao ver, de repente, no silêncio inerte, um jacto que surge e roça a montanha.

 **VICTORIO DIONISI**
Cópias: heliográficas xerográficas - eletrostáticas - fotocópias - mimeográficas - redução ampliada
Rua Líbero Badaró, 488 - 8.º andar - B2
Filial: Av. Angélica, 2395 - Loja 1 -
Fone: 256-5141 - São Paulo

SEculo XXI
LIVROS
Especializada em livros portugueses
Atende pelo reembolso postal
Rua Santo Amaro, 466 - CEP 01315
Fone: 33-5700 - São Paulo

 Rodoviário
"CARAVELLE"
Ltda.
"O jato na Rodovia"
Transportes rápido entre:
Rio - São Paulo -
Niterói - Magé - Rio Bonito.
RIO SÃO PAULO NITERÓI
260-5075 92-1864 5294

OFICINA DE ESTAMPAS CISPLATINA SOARES & BAPTISTA LTDA.
Consertos e reparos de máquinas e ferramentas
SERVIÇO DE TORNO E PLAINA
Rua Cisplatina, 31 - Fone: 273-5683 - Ipiranga - São Paulo

"Estadão" ataca situação portuguesa

O jornal "Estado de S. Paulo" publicou, nas edições dos dias 4 e 8 deste mês, dois artigos sobre a evolução do processo de democratização em Portugal, da autoria de Santana Mota, seu correspondente em Lisboa, nos quais são produzidas graves afirmações difamatórias para o Governo Provisório, o M.F.A. e as Forças Armadas.

Na prosa reacionária do dia 4 de Dezembro, intitulada "Lei Eleitoral Portuguesa limita direitos" considera o foliculario que "fazendo bem as contas, ascenderá à apreciável soma de algumas centenas de milhares o número de cidadãos portugueses que ficarão privados de participar na política do seu país".

Exagero grosseiro do correspondente porque a qualquer pessoa de bom senso a leitura do texto do decreto-lei mostra uma criteriosa limitação do direito de eleger e ser eleito. O texto, na maior parte das suas alíneas, refere-se explicitamente a pessoas singulares do regime fascista — presidente, juiz, chefe, governador, comandante-geral, dirigente, etc. — e só nos casos dos membros da União Nacional ou A.N.P., dos grupos de intervenção da Frente Automóvel de Choque, serviços secretos da Legião Portuguesa ou funcionários e informadores das polícias políticas do fascismo se alarga o âmbito das pessoas atingidas.

Mas o povo português sabe muito bem que o regime autoritário de Salazar e Caetano nunca congregou nos seus quadros e organizações "centenas de milhares de portugueses". Foi, de fato, uma pequena minoria que, depois do 28 de Maio de 1926, se apoderou do Poder e dele abusou em proveito exclusivo, submetendo à sua ditadura os milhões de trabalhadores portugueses.

O correspondente não está preocupado com centenas de milhares de portugueses, porque a ponta do seu rabinho reacionário ficou de fora. Escreve mais à frente que "o objetivo deste trambolho a que se dá o nome de lei, consiste, no fim de contas, em afastar irremissivelmente da competição eleitoral o maior número possível de figuras significativas do centro e da direita".

Assim conclui o correspondente, "a fraude eleitoral começa, portanto, muito antes do escrutínio".

A desfaçatez deste senhor é admirável.

Quando, pela primeira vez, de há 48 anos a esta parte, o povo português constitui comissões de recenseamento pluripartidárias, quando as forças repressivas não ameaçam, nas juntas de freguesia, as pessoas que se querem recensear, quando se alargou o direito de voto até aos 18 anos (o que constitui um importante progresso no contexto europeu), quando os mortos, os militares e os funcionários públicos não votam em bloco pela ditadura, quando, enfim a Lei Eleitoral foi submetida aos pareceres públicos dos partidos políticos, ao Conselho de Ministros e ao Conselho de Estado, vem este correspondente afirmar que "a fraude eleitoral já começou".

O general Costa Gomes foi "purificado pelo 25 de Abril"

O Presidente da República também não escapou à cegueira reacionária do correspondente. Referindo-se à parte do texto da lei que concede capacidade eleitoral e de elegibilidade a todos aqueles que embora exercendo determinadas funções no regime anterior, tenham sido nomeados, depois do 25 de Abril, para cargos políticos, públicos ou de interesse público, escreve: "Está nesse caso por exemplo, o general Costa Gomes,

atual Presidente da República, que foi chefe do Estado-Maior, General das Forças Armadas no governo de Marcelo Caetano. Purificado pelo 25 de Abril, S. Exa. pode votar e ser eleito. De resto, é S. Exa. o próprio que promulga o decreto com data de 15 de Novembro de 1974".

A insinuação cínica é evidente. Só que o general Costa Gomes, logo em 1961, quando do eclodir dos acontecimentos de Luanda, afirmou, para quem o quis ouvir que a solução do problema colonial era política e não militar.

Não precisa portanto, o Presidente da República portuguesa, da "purificação" do 25 de Abril.

Responsabilidade dos militares e ameaça de guerra civil

De quem é a responsabilidade da fraude eleitoral? Responde o correspondente que "o que enche de pasmo a maioria das pessoas é que tal atentado se comete com a responsabilidade e o patrocínio dos militares, aqueles exatamente em quem a Nação delega a sua defesa e proteção. "É impossível que isto conduza à pacificação e à concórdia da família portuguesa. O ódio não é só mau conselheiro: é também um material de fácil e perigosíssima combustão, que pode de um momento para o outro, pegar fogo à casa dos culpados e inocentes".

Salazar na campa de Santa Comba e Marcelo Caetano, no Brasil devem sorrir de satisfação: a escola da ameaça de guerra civil para congregar o povo português a "votar pelo regime e a recusar a liberdade política continua a ter discípulos".

"Os militares vão perdendo o apoio recebido a 25 de Abril"

O ataque reacionário às Forças Armadas, que, em 25 de Abril restituiram a liberdade ao Povo Português já delineado no artigo anterior surge na pasquinada em epígrafe publicada em 8 de Dezembro completamente explanado.

Este reacionário sabe que a forte aliança Povo-Forças Armadas é a maior garantia para o evoluir sereno do processo de democratização portuguesa. O que descontenta Santana Mota é a clara consciência que o M.F.A. e as Forças Armadas têm do inimigo que é preciso manietar. A situação atual não favorece a manobra política da minoria fascista em Portugal e daí a insinuação de que as Forças Armadas tomaram partido. O foliculario pretende, deste modo, perturbar a unidade das Forças Armadas, apelando para setores possivelmente menos conscientes do caminho firme a seguir em um sério processo de democratização.

Da fraseologia da direita reacionária à fraseologia de um radicalismo de esquerda pretensamente revolucionário, vai um caminho escuso que num extremo se toca.

"As Forças Armadas estão comprometendo desastrosamente a confiança que a Nação nelas depositara na manhã de 25 de Abril. Este fato, de imprevisíveis consequências para o País, ninguém se aventura a denunciar publicamente, mas a maioria comenta no recesso de seus lares ou em conversas com amigos".

Deve, com certeza tratar-se da "maioria silenciosa", de 28 de Setembro, mas a ela não se refere explicitamente o fundibulario.

"Gracinhas demagógicas"

Depois de teorizar sobre a imparcialidade das Forças Armadas, o correspondente considera que os dois quadros da libertação dos presos po-

líticos e da abolição da censura tiveram "a pintura borrada" por duas gracinhas demagógicas.

"Da primeira gracinha demagógica resultou inçarem o País de bandoleiros e malfetores que trazem a população apavorada. Da segunda, que classificaremos de mordanças na boca dos discordantes, derivou a prepotência da minoria esquerdista e a amedrontada covardia do centro e da direita".

"As Forças Armadas responsáveis pelo surto de greves selvagens"

Os militares, ao anteciparem-se à manifestação da vontade nacional em matéria de política económica e social, foram os responsáveis pelo surto de greves selvagens na indústria e no comércio e consequente amedrontamento dos capitais, que imediatamente se retraíram" e também "foram responsáveis pelo arbitrário e descontrolado saneamento dos quadros da administração pública, das autarquias e das escolas".

O correspondente do "Estado de São Paulo" ignora pura e simplesmente, parágrafos inteiros do Programa do Movimento das Forças Armadas, programa que logo no 25 de Abril e no 1.º de Maio foi ratificado, este sim, por centenas de milhares de portugueses.

A comissão "ad hoc", a subida do nível de vida das classes trabalhadoras e o antimonopolismo são objetivos incluídos no Programa do M.F.A., atual Constituição Política de Portugal.

A exploração desenfreada da mão-de-obra portuguesa tem sido posto um travão. Hoje, os trabalhadores têm um Ministério do Trabalho que não reprime as suas lutas frente à obtenção de novos e mais justos contratos coletivos de trabalho.

Foi instituído um salário mínimo nacional de 3300\$00, que veio beneficiar amplas massas trabalhadoras portuguesas.

A greve é, de um modo geral, considerada como um último recurso a tomar pelos trabalhadores frente ao patronato.

As pretensas "greves selvagens" do sr. Santana Mota contam-se pelos dedos, e a imagem que os trabalhadores portugueses dão é a de empenhamento na produção para o progresso do País, acompanhado de uma consciência política dos seus direitos salariais e sindicais.

O Povo Português vive com dificuldades, mas se o regime fascista vigorasse em Portugal, a inflação seria maior, aos despedimentos em massa e às reivindicações dos trabalhadores responderiam a P.I.D.E. e a polícia de choque.

Quanto à população apavorada face ao banditismo não vemos que o índice de criminalidade portuguesa atinja o índice dos países europeus ou dos E.U.A., nem vemos a população apavorada.

Tratou-se de uma medida tomada pelo Ministério da Justiça, dirigido por um civil, e integrada num ambiente de festa e reconciliação nacional.

"Os militares são os responsáveis pela confusão e caos"

A imagem que o correspondente de Lisboa fornece ao emigrante português no Brasil é a confusão e caos.

Falência de empresas, cortejo de desempregados, desorientação nos serviços públicos e estabelecimentos de ensino praticamente inativos há sete meses.

Pontos de referência importantes para todos os que devem estar interessados em combater a campanha dos reacionários. Cada um destes pontos necessita de análise atenta e desmistificadora.

O correspondente não fornece números, percentagens, valores significativos das empresas em falência no contexto da economia industrial portuguesa. Falências fraudulentas é fato desconhecido por Santana Mota. Falências por má administração e negoclatas ilegais não existem.

Os exemplos de confusão e caos são recolhidos no setor do ensino — Escola Superior de Economia e Liceu Pedro Nunes.

Sintomática escolha e sinistra aliança.

"Um senhor coronel com curso de farmacêutico"

Depois de referir que o ministro Magalhães Godinho não quis "emporcalhar seu nome numa função para cujo desempenho lhe faltara o necessário apoio governamental", termina assim o seu naco de prosa, reacionária:

"Foi designado para substituí-lo um senhor coronel com o curso de farmacêutico. Deve ter sido difícil arranjar, no setor civil, quem se prestasse a descascar o abacaxi.

"Ora, por todas estas coisas, pode inculpar-se de injunções e manobras os agrupamentos políticos empenhados no estabelecimento da confusão para mais facilmente retirarem algum proveito do caos. Mas, responsabilidades, propriamente ditas, ninguém as vincula aos partidos. Os únicos responsáveis, para a opinião pública, são os militares que detêm as rédeas do Poder. São eles que constituem a maioria do Governo, o Conselho de Estado, o M.F.A., a Junta de Salvação Nacional, etc.

"É a eles, e só a eles, que o País, se lhe deixassem, pediria contas por toda esta situação para que o empurram

"Mas como se pedir contas a quem dispõe, como argumento, da força necessária para se escusar a prestá-las?"

E, pronto, aqui temos um reacionário a "pedir contas" aos homens que fizeram o 25 de Abril. Se o 28 de Setembro tivesse vingado, como seria?

E que contas há-de os democratas portugueses pedir ao senhor Santana Mota, que é portuguêsinho de gema, e ao "Estado de São Paulo", que veicula para os nossos emigrantes semelhantes informações difamatórias?

(O Século, 13-12-74)

Leia, assine e divulgue

**PORTUGAL
DEMOCRÁTICO**

Edição Nacional

À venda em todas as bancas



Campeonato da 1.ª divisão

16.ª rodada

início do 2.º turno

Farense 5	Tomar 2
Leixões 1	Atlético 1
Boavista 1	Setúbal 0
Espinho 2	Guimarães 3
Cuf 2	Porto 1
Oriental 2	Académico 2
Sporting 7	Olhanense 0
Benelenses 1	Benfica 2

Com a realização da 16.ª rodada, teve início o 2.º turno do Campeonato Nacional da 1.ª Divisão, havendo a salientar a 1.ª derrota do Futebol Clube do Porto que, ao perder para a perigosa equipe do Cuf, deu ensejo a que as duas equipes que o perseguem mais de perto alimentassem agora novas esperanças, em especial o Benfica que conseguiu uma suada vitória frente ao Belenenses por 2x1; os dois pontos vieram na hora certa conseguindo assim se aproximar mais do 1.º classificado, ameaçando-o perigosamente. O Guimarães também obteve excelente vitória sobre o Espinho que, depois de estar perdendo por 2x0, conseguiu virar o placar a seu favor por 3x2. Expressiva vitória do Sporting sobre o Olhanense por 7x0 com 5 gols do grande artilheiro argentino Yazalde que assim se distanciou bastante dos seus perseguidores para alcançar a Bola de Prata.

Bons resultados do Académico que empatou com o Oriental, do Farense que obteve uma goleada sobre o Tomar, e do Boa Vista sobre o V. do Setúbal, que este ano está dando muita tristeza a sua boa e fiel torcida.

CLASSIFICAÇÃO APÓS A 16.ª RODADA

Porto	26 pts
Benfica	25 "
Guimarães	23 "
Sporting	22 "
Boavista	19 "
Farense	18 "
Belenenses	15 "
Leixões	15 "
Cuf	15 "
Vit. do Setúbal	13 "
União de Tomar	12 "
Atlético	11 "
Olhanense	11 "
Espinho	10 "
Oriental	10 "
Académico	8 "

A classificação dos melhores "goleadores" é a que se segue:

G.	
YAZALDE (Sporting)	17
Jeremias (V. Guimarães)	12
Tito (V. Guimarães)	12
Lemos (F. C. Porto)	9
Humberto (Benfica)	8
Cubillas (F. C. Porto)	8
Rui Lopes (Olhanense)	7

Com seis gols cada um: Jordão (Benfica), Gomes (F. C. Porto), Jacinto João (V. Setúbal), Nenê (Benfica), Renato (Olhanense) e Mirobaldo (Farense).

CAMPEONATO NACIONAL 2.ª DIVISÃO

CLASSIFICAÇÃO ZONA NORTE

BEIRA MAR	23 pts.
Famalicao	20 "

Sporting de Braga	20 "
Penafiel	18 "
Oliveirense	18 "
A. D. Fafe	17 "
Sanjoanense	17 "
Salgueiros	17 "
Varzim	17 "
Paços de Ferreira	17 "
Desportivo de Chaves	15 "
Riopele	15 "
Régua	15 "
Gil Vicente	15 "
Lusitânia de Lourosa	14 "
União de Coimbra	14 "
Vilanovaense	13 "
Alba	13 "
Feirense	11 "
Tirsense	11 "

ZONA SUL

BARREIRENSE	25 pts
Estoril	24 "
Marítimo	21 "
Torriense	20 "
Portimonense	19 "
Sesimbra	19 "
Montijo	17 "
Lusitano	17 "
Caldas S. C.	17 "
Peniche	16 "
Estrela de Portalegre	16 "
Marinhense	16 "
Marinhense	15 "
União de Leiria	15 "
Almada	13 "
Juventude	13 "
Sintrense	13 "
União Sport	13 "
Torres Novas	10 "
Odivelas	10 "
Cova da Piedade	8 "

CAMPEONATO NACIONAL 3.ª DIVISÃO

ZONA A

PAÇOS DE BRANDÃO	24 pts.
Paredes	21 "
Desp. das Aves	21 "
União de Lamas	21 "
Vianense	20 "
"Os Limianos"	18 "
Rio Ave	17 "
Freamunde	17 "
Leça F. C.	16 "
Sp. Lamego	14 "
Desp. de Monção	14 "
F. C. Vizela	14 "
Avintes	13 "
Desp. Bragança	13 "
Esposende	13 "
Vila Real	13 "
Cabeceirense	11 "
Ponte da Barca	8 "
Bairro Latino	8 "
Moncorvo	6 "

ZONA B

SP. COVILHA	25 pts.
Naval 1.º Malo	23 "
Rec. de Águeda	20 "
"Os Marialvas"	20 "
Acad. de Viseu	19 "
A. D. Guarda	18 "
Cucujães	17 "
Lousanense	17 "
Mangualde	15 "
Febres	15 "
Esperança	15 "
P. Castelo	15 "
Vale Cambrense	14 "
Ala Arriba	14 "
L. Vildemoinhos	13 "
Anadia	12 "
Gouveia	9 "
Ovarense	7 "
"Os Pinhelenses"	1 "

ZONA C

SACAVENENSE	20 pts.
Alhandra	20 "
D. Portalegrense	19 "
Elétrico P. Sor	19 "
Campomaiorense	18 "
Vilafranquense	17 "
"O Eivas"	17 "
U. Santarém	17 "
G. Alcobaça	17 "
U. Almeirim	16 "
Marrazes	16 "
Sp. Pombal	16 "
Bombarralense	16 "
Alcanenense	13 "
Alverca	13 "
Castelo Branco	13 "

S. L. Cartaxo	17
"Os Nazarenos"	8
União Mirense	8
Tramagal	0

ZONA D

VASCO DA GAMA	22 pts
Seixal	22 "
Esperança	22 "
Costa de Caparica	19 "
Casa Pia A. C.	19 "
Desp. de Beja	18 "
Alcochetense	16 "
Amora	15 "
Odemirense	15 "
U. Sambrasense	15 "
U. Santiago do Cacém	14 "
Operário	14 "
Lusitano V. R.	14 "
S. L. Olivais	12 "
Aljustrelense	12 "
Atl. Reguengos	11 "
Torralta	11 "
Palo Pires	10 "
Luso	10 "
Silves F. C.	9 "

LIVRARIA CIÊNCIAS HUMANAS

livros universitários
sociologia, política, filosofia,
história, etc.
Atende-se pelo reembolso postal
Rua 7 de Abril, 264 — Loja B2
Tel.: 36-9544 — São Paulo

CASA DO MATE

Mate quente e gelado a toda hora -
Mate com leite, limão e maracujá -
Chá mate e chimarrão em pacotes
das melhores marcas

Av. São João, 602 - São Paulo

VITÓRIA DE GUIMARAES VAI A PARIS

No Vitória de Guimarães, o departamento de futebol profissional atravessa período de evidência. Os jogadores foram homenageados com a Festa de Natal, promovida pelos seus dirigentes, festa que serviu para salientar o clima de respeito mútuo e amizade entre dirigidos e dirigentes.

Entretanto, podemos acrescentar que o Vitória de Guimarães foi convidado (e aceitou) a disputar, um jogo particular, em Paris, com o Red Star.

O Vitória substituirá, assim, o F.C. Porto, dado que o "cachet" pedido por este não foi aceite pelo respectivo empresário.

Mudança de técnico no Vitória de Setúbal.

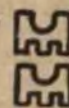
Em virtude da má campanha do Vitória de Setúbal, a diretoria do clube sadino decidiu a substituição do técnico José Augusto pelo antigo internacional José Tôrres, titular da equipe setubalense.

MATADOURO AVICOLA SÃO CAETANO

aves vivas e abatidas
atacado e varejo
Rua Baraldi, 491 — Tel.: 442-5010
São Caetano do Sul

Livraria DUAS CIDADES

livros nacionais
livros importados (em francês, inglês, italiano e espanhol)
Rua Bento Freitas N.º 158
Fone: 220-5134 — São Paulo



Casa de Portugal

INSTITUIÇÃO CULTURAL E DE ASSISTÊNCIA

Realizam-se no próximo dia 19, pelas 16,00 horas, as festas comemorativas do 1.º aniversário do Grupo Folclórico da Casa de Portugal.

Informações na Secretaria, à Av. da Liberdade, 602 - São Paulo.

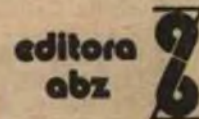
intimidade

DICIONÁRIO ENCICLOPÉDICO DE ORIENTAÇÃO SEXUAL

PLANO DA OBRA

INTIMIDADE compõe-se de: 45 fascículos que constituirão, em 3 volumes, o "Dicionário Enciclopédico de Orientação Sexual" e, em um volume, o suplemento "Educação Sexual Infantil", obtido através da encadernação de matérias a publicar nas 3.ª e 4.ª capas. As capas duras, incluindo guardas e frontispícios, serão oportunamente colocadas nas bancas.

FASCÍCULOS SEMANAIS
POR APENAS CR\$6,00



A solidariedade que veio da Itália

A solidariedade ativa dos trabalhadores italianos aos trabalhadores portugueses foi posta em relevo quando da visita ao nosso país de Mário Giovannini dirigente da Confederação Geral Italiana do Trabalho, que veio oferecer à Intersindical um exemplar do valioso álbum de gravuras de grandes artistas europeus antifascistas, inteiramente dedicado à luta pela libertação em Portugal, é editado por aquela confederação com vista a angariar fundos para a Intersindical portuguesa. A apresentação desta coleção de obras de arte realizou-se no decorrer duma conferência de imprensa em que estiveram presentes Avelino Gonçalves e José Gaspar, pela Intersindical, o referido dirigente sindical italiano Mário Giovannini, e o pintor português Henrique Ruivo, que durante muitos anos viveu exilado na Itália e que também participou com trabalhos seus nesta iniciativa.

A iniciar a conferência de imprensa, Avelino Gonçalves apresentou Mário Giovannini, sublinhando que, para além da importante ajuda material que ele trazia aos trabalhadores portugueses, expressa em cerca de duzentos e cinquenta contos (produto da venda de 35 dos 70 exemplares que constituem a tiragem limitada desta obra), se devia considerar antes de tudo o alto significado da solidariedade assim manifestada quer pela C.G.I.L., quer pelos artistas que colaboraram, quer por outras forças democráticas e sindicais italianas. Mário Giovannini, por sua vez, falando em nome de milhões de trabalhadores italianos, saudou fraternalmente os trabalhadores portugueses e em especial a Intersindical, "única organização dos trabalhadores portugueses existente em Portugal, antes e após o 25 de Abril". Referiu-se depois largamente à tradição de solidariedade antifascista às forças democráticas portuguesas, dos trabalhadores e intelectuais progressistas italianos, na qual a iniciativa deste álbum artístico se enquadra. Citando outros aspectos das relações entre as forças progressistas de ambos os países, Mário Giovannini referiu a participação clandestina de delegações de trabalhadores portugueses nas festas unitárias do 1.º de Maio realizadas na Itália, anteriormente ao 25 de Abril; as entrevistas concedidas por dirigentes sindicais italianos à Rádio Portugal Livre; a recolha de milhares de assinaturas em postais exigindo das autoridades fascistas portuguesas a libertação dos presos políticos. Mais recentemente, apenas 10 dias antes do 25 de Abril, preparava-se a vinda a Portugal duma delegação unitária italiana com vista a exercer pressão sobre o Governo fascista para a libertação dos presos políticos.

Giovannini salientou por outro lado que nesta solidariedade antifascista sempre foram envolvidos, juntamente com o povo português, os povos das colónias que lutavam e lutam pela sua completa libertação. Ao mesmo tempo,

expressou a sua alegria e a de todos os trabalhadores da C.G.I.L., pela forma como a situação tem evoluído em Portugal desde o 25 de Abril, tendendo à consolidação da Liberdade e da Democracia e à descolonização total e completa.

"Hoje, afirmou, graças à aliança talvez única na História entre o Movimento das Forças Armadas, a classe operária e o Povo Português, tendes o caminho aberto para uma verdadeira independência". A propósito, manifestou o desejo de oferecer "às valorosas Forças Armadas (marinheiros, soldados e oficiais)" um exemplar do álbum artístico, idêntico ao oferecido à Intersindical.

E a certa altura, aludindo à crise do 28 de Setembro, disse textualmente: "Não escondemos que no 28 de Setembro também trememos. Escutamos as vossas transmissões pela Rádio, e quando ouvimos a inesquecível canção Grândola compreendemos com emoção que o movimento continuava e que o fascismo não passaria na prova de força que tinha tentado. Sabemos pela nossa própria experiência que o inimigo não desarma". Giovanini apelou depois para a vigilância constante da classe operária e de todos os trabalhadores: "A vigilância nunca é demais. A reação tentará por outras formas — pela boicotagem económica, pelo encerramento de fábricas, pela criação de sindicatos amarelos que rompem a unidade sindical dos trabalhadores portugueses, por provocações diversas — o que não conseguiu alcançar abertamente pela força. Temos uma larga experiência destes aspectos no nosso país, e por isso vos dizemos que deveis estar sempre alerta e mobilizados na luta contra a reação".

Giovannini fez ainda um apelo à solidariedade internacionalista da classe operária em todo o mundo, referindo a situação no Chile, no Vietnã do Sul, a luta do povo palestino e dando conta das grandes lutas unitárias que se estão a travar na Itália para barrar o caminho a golpes reacionários, alguns tentados ultimamente, mas sem êxito. Terminando as suas vigorosas declarações, Mário Giovannini acentuou que neste segundo encontro com a Intersindical e com os trabalhadores portugueses, após o 25 de Abril, ficou a conhecer na sua verdadeira dimensão os progressos da organização sindical portuguesa. "A Intersindical, disse Giovanini, é a verdadeira expressão da unidade sindical dos trabalhadores portugueses. Aproveitamos este encontro para nos conhecermos melhor e estreitar laços de colaboração dentro da maior independência das duas centrais sindicais. Num futuro próximo faremos uma nova visita à Intersindical: será mais uma ocasião para reforçar as nossas posições de internacionalismo e de solidariedade".

Seguidamente, o pintor Henrique Ruivo apresentou as obras e os artistas representados no álbum, tendo acentuado "a militância muito ativa dos artistas antifascistas italianos, que estão quotidianamente na primeira fila da solidariedade internacionalista".

"Alavanca"



As imagens reproduzem algumas das gravuras incluídas no álbum editado pela C.G.I.L. e cujo produto da venda em Itália se destina à Intersindical portuguesa. O álbum é constituído por um poema de Pablo Neruda, dedicado a Portugal, um poema desenhado (litocografia) de Rafael Alberti, e duas figuras-fortas de autoria de Augusto Murer, Carlo Cottarelli, Carlo Quattrucci, Carlo Levi, Henrique Ruivo e Alberto Sugh.

Brasil condecora Portugal

O Ministro Mário Soares foi admitido na Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, na qualidade de Grão-Mestre. O Presidente Ernesto Geisel, na ocasião, condecorou também o professor Jorge Campinos, Secretário de Estado do Ministério dos Negócios e o Embaixador Tomás de Melo Briner Andresen, Secretário Geral do referido Ministério, ambos com o Grau de Grã-Cruz.

Outras autoridades portuguesas foram agraciadas com a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, nos graus de: comendador, oficial, cavaleiro e grande oficial.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Mário Soares, deverá visitar o Brasil durante este ano, retribuindo a visita que o Chanceler Azeredo da Silveira fez recentemente a Portugal, na qual os dois países iniciaram um novo tipo de diálogo, substituindo "o lirismo pelo realismo".

Guiné-Bissau: pêso substitui escudo

BISSAU — O Banco da Guiné, que emite o dinheiro da antiga colónia portuguesa, será nacionalizado no princípio do próximo ano e a moeda-padrão nacional passará a ter o nome de peso — anunciou Luis Cabral, presidente do Conselho de Estado da nova república. Numa entrevista ao correspondente da Reuter, Luis Cabral disse que o nome de peso é muito antigo e bem conhecido das massas populares do país. Entretanto, o dinheiro que ainda circula oficialmente é o escudo.

O líder da Guiné-Bissau acrescentou que a nacionalização do Banco Central faz parte do programa de demolir "as velhas estruturas coloniais de modo a edificar estruturas novas, tais como aquelas já existentes nas nossas zonas libertadas originalmente".

Luis Cabral desmentiu que o seu partido, o P.A.I.G.C., tenha encontrado qualquer oposição após a retirada dos portugueses do território.

Disse, no entanto, que "elementos nostálgicos dos tempos coloniais, principalmente agentes da Polícia Secreta portuguesa (P.I.D.E.G.S.), tentaram passar como um partido nacionalista guineense depois da libertação. Tais elementos foram presos e pagarão pelos crimes que cometeram".

"Diário de Notícias"

O jornal lisboeta "Diário de Notícias", que tem transcrito numerosos editoriais do "Portugal Democrático", publicou na íntegra, em sua edição de 20 de Dezembro, o artigo do nosso companheiro de redação Fernando Lemos intitulado o LISBOATO, que figurava na contra-capas do número 197 deste semanário.

PORTUGAL DEMOCRÁTICO

15A 21 DE JAN. DE 1975

Publicação da Editora Portucalense Ltda.

Diretor

Edison Rodrigues Chaves

Conselho de Redação

Alexandre Antunes Pereira

Fernando Lemos

João Sarmento Pimentel

Joaquim Quitério

Manuel Ferreira Moura

Raul Ciriaco da Cunha

Redação

Rua Libero Badaró n.º 488 - 5.º - s/50

Caixa Postal 6248 - CEP 01000

Telefone: 37-0933

São Paulo - SP

Distribuição

SN Distribuidora de Publicações Ltda.

Av. Afonso de Taunay, 143

Barra da Tijuca

Fones: 399-0689/2570

End. Teleg.: "EMEEME"

Rio de Janeiro - GB

Impressão

Jornal Paulista Ltda.

Rua Oscar Cintra Gordinho, 46

São Paulo - SP

Além da edição brasileira do Diário de Notícias, Portugal Democrático publica ainda uma seleção de artigos dos seguintes jornais e revistas:

REPÚBLICA - DIÁRIO DE LISBOA

RO SÉCULO - PRIMEIRO DE JANEIRO

RO - NOTÍCIAS DA AMADORA

SEARA NOVA e outros.

Correspondentes:

BRASIL

Rio de Janeiro - GB

A. J. Bravo

Pr. Floriano, 19, 1.º, s/13

Fone: 224-9765

Recife - PE

Angelo Ferreira da Silva

Rua do Hospício, 149 - 1.º

Londrina

Julio Duarte

Ed. Centro Comercial - Apt.º 141

Brasília - DF

Livraria Encontro S.A.

Galeria do Hotel Nacional

Lojas 23 e 29

VENEZUELA - Caracas

Junta Patriótica Portuguesa

Apartado 8287

URUGUAY - Montevideo

Junta Portuguesa Del Uruguay

Casilla de Correo 2128

PORTUGAL - Lisboa

Urbano Tavares Rodrigues

Rua Tomás Ribeiro, 40 - 2.º andar

INGLATERRA - Londres

Portuguese and Colonial Bulletin

10 Fentiman Road - London SW 8

HOLANDA - Amsterdam

Tulipa Vermelha

Postbus 12039 - Bijmermeer

CANADA - Toronto, Ont.

Portuguese Canadian Democratic

Association

P.O. Box 5921 - Station (A)

CHECOSLOVAQUIA - Praga 1

João Ribeiro

Postovní Úrad-Jindřichská UL

C: 14 Scharánka 646

FRANÇA - Paris

Grupo de Amigos do

"Portugal Democrático"

2, Place François Villon

Escalier E - La Courveneuve Seine

Assinaturas

Para o Brasil

Anual Cr\$ 120,00

Semestral Cr\$ 70,00

Via aérea

Anual Cr\$ 170,00

Semestral Cr\$ 120,00

Para o Exterior - via aérea

Anual US\$ 26

Semestral US\$ 21